UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UEPA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO-CCSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ELTON PANTOJA COUTINHO

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA: AVANÇOS E DESAFIOS

BELÉM-PA, BRASIL
2025

ELTON PANTOJA COUTINHO

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA: AVANÇOS E DESAFIOS

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará-UEPA, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Maria do Perpétuo Socorro Pereira Cardoso.

Coorientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes

BELÉM-PA, BRASIL

2025

Dados* Internacionais *de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará

C871p Coutinho, Elton Pantoja

Políticas de educação inclusiva para pessoas surdas no município de Barcarena-Pa: avanços e desafios / Elton Pantoja Coutinho. — Belém, 2025.
79 f.

Orientadora: Profª. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Pereira Cardoso
Coorientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2025.

1. Políticas públicas. 2. Libras. 3. Inclusão. 4. Educação especial e inclusiva . I. Título.

CDD 22.ed. 371.9046

Elaborada por Priscila Melo – Bibliotecária CRB2/1345

ELTON PANTOJA COUTINHO

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA: AVANÇOS E DESAFIOS

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará-UEPA, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Educação.
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Maria do Perpétuo Socorro Pereira Cardoso.
Coorientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes

DATA DA DEFESA E APROVAÇÃO:
Belém-Pa, Quarta-feira, 30 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

_____: ORIENTADORA (in memoria)
Prof. Doutora Maria do Perpétuo Socorro Pereira Cardoso
Doutorado Semiótica e Linguística Geral
PPGED-UEPA

_____: MEMBRO INTERNO E COORIENTADOR
Prof. Doutor José Anchieta de Oliveira Bentes
Doutorado em Educação
PPGED-UEPA

_____: MEMBRO EXTERNO
Prof. Doutora Rita de Nazareth Souza Bentes
Doutorado em Letras
PPGELL-UEPA

_____: MEMBRO EXTERNO
Prof. Doutora Dra. Waldma Maíra Menezes de Oliveira
Doutorado em Educação
PPGEDUC-UFPA

BELÉM-PA, BRASIL
2025

Dedico este trabalho aos educadores e às educadoras que atuam na Educação Especial e que reconhecem a importância da comunicação e do Direito dos surdos e das surdas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço, a Deus por ter me concedido um lugar na (UEPA) Universidade do Estado do Pará, pela vida e força, que tornou este momento que sempre é possível ir além conhecimento do surdo.

Aos meus pais, Maria Vanda Pantoja Coutinho e Elias de Miranda e irmãos Helter Ney Pantoja e José Pantoja Coutinho por estarem sempre do meu lado, torcendo sempre pelo meu sucesso.

À minha orientadora Prof[a]. Dr[a]. Maria do Perpétuo Socorro Pereira Cardoso, pela dedicação, responsabilidade e comunicação, fatos fundamentais para a conclusão deste primeiro pesquisador surdo de Barcarena.

Ao Professor Apolônio, diretor da escola, e aos (as) professores (as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia, pelo auxílio, conselhos e orientações para a realização acadêmica deste trabalho.

Aos nossos colegas da turma 19 do Mestrado em Educação da PPGED-UEPA: Caroline, Fábio Augusto, Felipe, José Willon, Joseane Nunes, Kymberli, Marilúcia, Natalia, Priscila e Rosilene, agradeço por indicar o caminho da dissertação, pelos momentos de auto-conhecimento, pelos sorrisos, pela comunicações em língua de sinais.

As professoras Odinéia Teixeira Serrão; Luiza do Carmo Favacho; Márcia Simone da Silva; Maria Anunciada de Oliveira Dias pela ajuda que me deram.

Aos(as) professores(as) da Linha de “Saberes Culturais e Educação na Amazônia”. A estes minha gratidão e meu respeito.

Ao Senhor Jorginho, pelas informaçoes prestadas.

Aos pessoas surdas que participaram desta pesquisa, que me ensinaram a refletir sobre a Língua de Sinais e deram sentido e valorização a educação especial.

À Jéssica Malatesta, Nathiele Martins Macêdo e Thais Pereira de Romano, minhas colegas e Intérpretes de Libras (TILS), pelos muitos momentos de partilhas, alegrias, amizades, vitórias e valorização, em nome das quais agradeço o apoio do Núcleo Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade do Estado do Pará-UEPA.

Ao grupo de apoio que entrou nessa fase final de escrita e reescrita: José Anchieta Bentes, Rita Bentes, Dilma Dias e Miguel Silva.

Finalizando, agradeço a todos aos professores(as), que direta ou indiretamente, contribuíram para o meu trabalho e na minha formação de professor.

A Educação Bilíngue para Surdos pode também, estar fixada ao discurso da deficiência, se as suas estratégias pedagógicas e os seus discursos permanecem no âmbito da educação especial. A separação entre educação especial e educação de surdos é imprescindível para que a educação bilíngue desenvolva uma certa profundidade política (Carlos Skliar, 1999)

“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de Discriminação” (Paulo Freire, 2014)”

Bênçãos de Deus para todos!
Um abraço faterno e muito sucesso!
Para a realização já estabelecida do
ensino no universo, da Educação de
Surdos, à “Direitos Humanos”.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA: AVANÇOS E DESAFIOS

RESUMO

Este estudo aborda a política pública de inclusão de pessoas surdas, destacando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta essencial para comunicação, aprendizado e exercício da cidadania. O estudo enfatiza os avanços e desafios de inclusão de surdos no município de Barcarena, que compõe a Região Metropolitana de Belém, Capital do Estado do Pará. O objetivo geral é analisar a política pública de inclusão em uma escola pública do municipio de Barcarena-PA, em dois documentos: 1) o Plano Municipal de Educação (PME); e 2) os questionários com a respostas de dois participantes de pesquisa que são gestores da escola. O problema de pesquisa é: quais os avanços e desafios enfrentados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas nas escolas do município de Barcarena-PA? Utiliza-se de uma pesquisa documental da política de inclusão no referido municipio, fundamentada em autores como Lacerda (1996). Os resultados indicam a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as especificidades culturais e territoriais de Barcarena. O estudo destaca a importância da interação social e do diálogo entre professores, pessoas surdas e ouvintes para a construção de identidades e cidadania das pessoas surdas. O que reforça a importância de políticas públicas contexto social que valorizem a diversidade e respondam de maneira eficaz às necessidades da comunidade surda em diferentes contextos regionais e nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Libras. Inclusão. Educação Especial e Inclusiva.

POLÍTICAS DE EDUCACIÓN INCLUSIVA PARA PERSONAS SORDAS EN EL MUNICIPIO DE BARCARENA-PA: AVANCES Y DESAFÍOS

RESUMEN

Este estudio aborda la política pública de inclusión de las personas sordas, destacando la importancia de la Lengua Brasileña de Signos (Libras) como herramienta esencial para la comunicación, el aprendizaje y el ejercicio de la ciudadanía. El estudio hace hincapié en los avances y desafíos de inclusión de las personas sordas en el municipio de Barcarena, que forma parte de la Región Metropolitana de Belém, capital del estado de Pará. El objetivo general es analizar la política pública de inclusión en una escuela pública del municipio de Barcarena-PA., en dos documentos: 1) el Plan Municipal de Educación (PME); y 2) los cuestionarios con las respuestas de dos participantes en la investigación que son gestores de la escuela. El problema de investigación es: ¿cuáles son los avances y desafíos enfrentados en la implementación de políticas de educación inclusiva para alumnos sordos en las escuelas del municipio de Barcarena-PA? Se utiliza una investigación documental sobre la política de inclusión en dicho municipio, basada en autores como Lacerda (1996). Los resultados indican la necesidad de prácticas pedagógicas inclusivas que tengan en cuenta las especificidades culturales y territoriales de Barcarena. El estudio destaca la importancia de la interacción social y el diálogo entre profesores, alumnos sordos y oyentes para la construcción de identidades y ciudadanía de las personas sordas. Esto refuerza la importancia de las políticas públicas y el contexto social que valoran la diversidad y responden de manera eficaz a las necesidades de la comunidad sorda en diferentes contextos regionales y nacionales.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas. Lengua de signos brasileña. Inclusión. Educación especial inclusiva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização de Barcarena-PA. 42
Figura 2: foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia do município de Barcarena-PA.....44
Figura 3: *fac-símile* da primeira página do Plano Municipal de Educação de Barcarena-PA.....51
Figura 4: *fac-símile* do sumario do Plano Municipal de Educação de Barcarena-PA.....52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: sumarização dos avanços e desafios da universalização da educação especial em Bararena 56
Quadro 2: avanços das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas no município de Barcarena-PA.....67
Quadro 3: desafios das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas no município de Barcarena-PA 67

LISTA DE ABRAVIATUTAS E SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado

CF: Constituição Federal

CMB: Câmara Municipal de Barcarena

DEE: Departamento de Educação Especial

DH: Direito Humano

ESAMAZ: Escola Superior da Amazônia

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

L1: Primeira Língua

L2: Segunda Língua

LBI: Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Naciona

Libras: Língua Brasileira de Sinais

MEC: Ministério da Educação

PAEE: Público-alvo da Educação Especial

PMB: Prefeitura Municipal de Barcarena

PME: Plano Municipal de Educação (de Barcarena)

PNE: Plano Nacional de Educação

PNEE: Política Nacional de Educação Especial

PPGED: Programa de Pós-Graduação em Educação

SE: Secretaria de Educação

SEMED: Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social

SME: Secretaria Municipal da Educação

SRM: Sala de Recursos Multifuncional

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UEPA: Universidade do Estado do Pará

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 15
2 A INCLUSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA 28
2.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO 28
2.2 A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES 29
2.3 A RELEVÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A EDUCAÇÃO DO SURDO 31
3 METODOLOGIA 40
3.1 A CIDADE DE BARCARNA 40
3.2 O LÓCUS DA PESQUISA: EMEF "Santa Sofia" 43
3.3 PROBLEMA DE PESQUISA 44
3.4 OBJETIVOS DA PESQUISA 44
3.5 O TIPO DE PESQUISA 45
3.6 PARTICIPANTES DA PESQUISA 48
3.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 48
4 ANÁLISE DOS DADOS 50
4.1 ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA-PA 50
4.2 RESPOSTA DOS (AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA 58
4.3 AVANÇOS E DESAFIOS 66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 81

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cabe aqui um breve resumo da minha história de vida para justificar a realização desta pesquisa: sou Elton Pantoja Coutinho, nasci surdo, no dia em 12 de dezembro de 1982, em Barcarena, cidade próxima a Belém, no Estado do Pará, Norte do Brasil. Estudei em Barcarena da 1ª a 3ª séries – conforme a nomeclatura da época – e a 4ª série em Belém, na Escola Jarbas Passarinho.

Retornei para Barcerena para continuar os estudos, da 5ª a 8º ano do Ensino Fudamental e depois o Ensino Médio.

Fiz dois cursos de graduação: o primeiro em Pedagogia de 2011 a 2015 na Faculdade Integrada de Cruzeiro com a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) **A inclusão de pessoas com deficiência auditiva nas instituições de ensino superior**: curso superior em Barcarena-PA; e o segundo, o Curso de Letras Libras de 2016 a 2019 na Universidade do Estado do Pará (Uepa), quando defendi o TCC intitulado **A Importância da Informática no Atendimento Educacional Especializado para alunos Surdos**: estudo realizado em uma escola municipal no município de Barcarena-PA.

Fiz ainda uma especialiazação, a em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, no período de 2020 a 2021, na Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), quando defendi o TCC **Ensino colaborativo e a flexibilização curricular**: um estudo na educação inclusiva.

Todo processo foi dificil, mas contei com o apoio de minha mãe, família, amigos, sendo resiliente, consegui concluir meus estudos acadêmicos. Eu sofri *bullying* pela minha condição de surdo, mas sempre resisti ao preconceito, desenvolvi uma resiliência natural e chamava as pessoas que tinham dificuldade de se relacionar comigo, para conversar. Uma estratégia importante para minha vida social e emocional.

A presente pesquisa aborda a política de inclusão educacional de pessoas surdas, enfocando os avanços e desafios da Educação Especial e Inclusiva em Barcarena. O estudo considera as trajetórias de sucesso desses discentes em instituições públicas e privadas municipais, destacando a relevância dos conhecimentos específicos de orientadores e professores envolvidos na formação de estudantes surdos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na avaliação de documentos da política de inclusão sobre as práticas pedagógicas com

pessoas surdas na sala de aula da educação básica, com reflexões voltadas para a melhoria contínua da educação inclusiva, especialmente para adultos.

O estudo enfatiza a importância da política pública para a educação básica, abordando a inclusão de adultos surdos na prática pedagógica, conforme discutido por Góes, (1992) e Lacerda (1996). Destaca-se a necessidade de políticas públicas transformadoras que promovam o respeito, a construção da cidadania e a valorização das identidades e subjetividades dos surdos. A pesquisa ressalta a importância da empatia e do apoio no contexto escolar, visando a inclusão plena de pessoas surdas. O estudo explora, em primeiro lugar, a acessibilidade e a participação de jovens na escola municipal pública na Educação Básica, com ênfase na utilização da Libras como um meio fundamental para a comunicação e inclusão educacional, de acordo com as diretrizes estabelecidas em Brasil (2002).

No contexto da Educação Especial e Inclusiva nas redes municipais e estaduais de ensino, é fundamental considerar os métodos teóricos que sustentam a construção social do adulto surdo no ambiente escolar. A educação inclusiva envolve a coordenação dos planejamentos pedagógicos por parte de coordenadores(as) e professores(as), com foco na inclusão de adultos(as) surdos(as). Essa compreensão abrange diversas figuras da estrutura escolar, como o(a) gestor escolar, a coordenação de apoio, as pedagogas, os (as) auxiliares pedagógicos(as) e especialmente os (as) professores (as) especializados no atendimento de discentes com surdez.

A interação entre esses profissionais, incluindo funcionários da escola, portaria, colegas, discentes e familiares, é crucial para garantir um atendimento especial e inclusivo. A ênfase está na promoção dos direitos dos surdos e na valorização da Libras como meio de comunicação essencial para a inclusão e para o desenvolvimento dos adultos surdos na vida escolar e social.

Na perspectiva da transformação da inclusão escolar, é fundamental que os espaços inclusivos ofereçam oportunidades de acesso gratuito à educação, sendo essencial para o desenvolvimento de todos os adultos no contexto da Educação Básica. A avaliação de acessibilidade e a participação em espaços educacionais são cruciais, na Educação Especial e inclusiva no Ensino Médio do aluno surdo no ensino Fundamental na turma regular. Esses elementos atendem às necessidades informativas da educação brasileira e estão alinhados às políticas públicas voltadas para o jovem e adulto surdo, promovendo para o desenvolvimento acadêmico e

científico desses estudantes. Autores como Duarte & Cohen (2006) e Dilli (2010) reforçam a importância dessas práticas, destacando a relevância da inclusão e da acessibilidade no contexto educacional brasileiro, como um direito fundamental que impulsiona o progresso e a equidade no sistema educacional.

A representação da escola municipal e estadual destaca a importância da comunicação visual para promover a inclusão de discentes surdos (as), frequentemente excluídos do processo educacional. O momento atual, caracterizado por significativos aprendizados, enfatiza a necessidade de uma perspectiva transformadora na educação brasileira. Como pesquisador no campo das políticas sociais e educacionais inclusivas dos(as) discentes no ensino regular, é essencial abordar a inclusão tanto na educação básica quanto em espaços públicos e profissionais, valorizando a diversidade e promovendo a formação continuada de professores nas instituições federais, públicas e privadas.

A inclusão social e educacional de surdos nas escolas municipais e estaduais representa um desafio constante, exigindo uma abordagem visual e científica centrada na Libras. A valorização das identidades surdas e a construção de um ambiente inclusivo são fundamentais para a efetiva participação de jovens e adultos surdos na sociedade. A implementação de políticas públicas inclusivas, como as promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social da (SEMED) na Escola Santa Sofia de Barcarena, Pará, na Região Norte do Brasil, ressalta a importância de acolher a diversidade cultural e territorial.

Essas iniciativas visam garantir um atendimento educacional de qualidade para discentes com deficiência, fundamentado em princípios de consciência ética e na promoção de um ambiente escolar inclusivo, que valorize a comunicação em Libras e a diversidade linguística. Conforme Góes (1992), no ambito educação no Brasil, essa abordagem reforça a importância de uma educação inclusiva que reconheça as especificidades dos sujeitos surdos e promova a interação social como base para o desenvolvimento humano e científico.

Ainda se observa que incluir o aluno surdo na escola representa apenas uma parte do desafio maior de garantir a inclusão efetiva de pessoas com deficiência na sociedade. A inclusão educacional precisa ser compreendida como um movimento que vai além do mero acesso ao ensino, envolvendo a aplicação de políticas que promovam o aprendizado significativo e a participação ativa das pessoas surdas com deficiência, conforme apontado por Albres (2010).

A rede social e educacional pode valorizar os conhecimentos e o uso da Libras como parte essencial do processo inclusivo, reconhecendo a língua dos surdos não apenas como um meio de comunicação, mas também como um direito linguístico e cultural. A inclusão dos surdos, sob uma perspectiva de luta coletiva, exige práticas pedagógicas que considerem as especificidades de pessoas surdas e promovam uma educação inclusiva de qualidade, centrada no desenvolvimento integral e na valorização das diferenças.

A representação social do sujeito surdo na inclusão educacional enfatiza a importância da orientação prática e da atenção integral ao respeito e reconhecimento humano, destacando a diversidade cultural e a promoção dos Direitos Humanos de forma igualitária. A inclusão de surdos, desde a infância até a vida adulta, é assegurada por legislações como a Lei Federal nº. **10.436/2002**, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão, e o Decreto nº. **5.626/2005**, que regulamenta o uso de Libras na educação e em outros contextos sociais.

Essas normativas orientam as práticas dos profissionais da educação, nas quais ressaltam a importância da acessibilidade e dos direitos de acessibilidade das pessoas surdas no Brasil. Desse modo, a educação inclusiva pode contemplar a formação contínua e o respeito às especificidades linguísticas dos surdos, promovendo um ambiente de ensino que integra tradutores e intérpretes de Libras (TILS), como ocorre na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

As instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, têm o papel de assegurar a inclusão de pessoas surdas, garantindo um espaço educacional acessível e equitativo. Esse compromisso envolve metodologias e teorias que reforçam a urgência da inclusão em escolas municipais, estaduais e federais, e que valorizam a formação continuada e de qualidade para os surdos. A inclusão linguística e humana é fundamental para o desenvolvimento educacional e social da comunidade surda no Brasil, conforme indicado pelas legislações e diretrizes educacionais vigentes (Brasil, 2000; Brasil, 2002).

A apresentação do primeiro passo para romper as barreiras de comunicação e promover a inclusão de surdos na sociedade envolve a transformação das práticas educacionais e organizacionais. Esse processo demanda uma educação que resista às exclusões históricas e que abrace a luta coletiva pela valorização da Libras como a primeira língua dos surdos. A inclusão prática de surdos no ambiente escolar exige

que profissionais da educação e discentes, tanto surdos quanto ouvintes, se engajem na construção de uma cultura de identidade e pertencimento para os estudantes surdos.

A importância da Libras como meio de comunicação e a construção de regras de convivência inclusivas no ambiente escolar são fundamentais para assegurar a inclusão de todos os (as) discentes, especialmente aqueles Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Essa abordagem inclusiva precisa abranger todos os espaços educacionais, enfrentando os desafios que se apresentam na trajetória escolar, e promovendo um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e o conhecimento coletivo. A política publica deve reconhecer “as necessidades particulares de comunicação de pessoas surdas dificultam a educação em tais contextos os ensinos” (Quadros; Achmiedt, 2006, p. 46).

Machado (2006, p. 46) destacam um aspecto crítico das políticas de inclusão escolar na educação, especialmente no que diz respeito aos pessoas surdas. Embora as políticas públicas promovam a inclusão de discentes com necessidades especiais nos contextos da escola comum, há um reconhecimento de que as necessidades comunicacionais específicas de pessoas surdas, como o uso da Libras, não são plenamente atendidas.

Essas autoras sublinham a discrepância entre o ideal de inclusão e a prática cotidiana nas escolas, onde a comunicação em Libras muitas vezes encontra barreiras, dificultando o acesso de pessoas surdas ao conteúdo educacional e ao pleno desenvolvimento acadêmico.

A acessibilidade na educação especial para os pessoas surdas especialmente para surdos, é fundamental para promover a inclusão e o desenvolvimento profissional desses sujeitos. A presença de profissionais capacitados, como professores de Libras, e a formação continuada são essenciais para modificar as salas de aula às necessidades desse público, promovendo um ambiente inclusivo que respeite as especificidades da comunidade surda.

A inclusão de pessoas surdas, especialmente nas comunidades da Amazônia, necessitam ser acessíveis e garantir a comunicação efetiva das pessoas com deficiencia, em particular, as pessoas surdas. Tais práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para o desenvolvimento de pessoas surdas adultos, promovendo uma educação que reconheça as diferenças e valorize a aprendizagem ao longo da vida.

No contexto da inclusão de pessoas com surdez nas escolas, é crucial compreender os aspectos humanos e sociais envolvidos. A educação básica, seja no âmbito municipal ou estadual, deve ser estruturada para integrar o ensino da Libras e elementos das culturas surdas, respeitando a diversidade linguística e cultural do Brasil. O uso de métodos de pesquisa qualitativa é relevante para aprofundar o conhecimento sobre as experiências de inclusão. Tais pesquisas podem subsidiar práticas educativas e políticas públicas que assegurem oportunidades para todos os participantes do processo educativo.

A inclusão de pessoas surdas e de estudantes com deficiência nas redes de ensino público, tanto para crianças, jovens quanto para adultos, é essencial para o desenvolvimento das competências básicas e representa uma melhoria significativa quanto à diversidade. A educação inclusiva para surdos, especialmente por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), é fundamental para o reconhecimento e respeito às identidades culturais dos sujeitos surdos, promovendo uma abordagem dialética e epistemológica voltada para o desenvolvimento humano e educacional.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas nas escolas públicas e privadas, seja no município de Barcarena-PA ou em outros contextos regionais e nacionais, visa estimular o aprendizado de pessoas surdas, valorizando a interculturalidade e a equidade no ambiente educacional. A abordagem didática bilíngue, conforme estabelecida pela legislação sobre as Libras, facilita a comunicação entre surdos e ouvintes, promovendo a inclusão efetiva nas comunidades escolares.

O Municipio de Barcarena se organizou para atender a Educação Especial nas escola de sua região. Algumas articulaçoes legais foram estabelecidas para que a implementação de políticas de atendimento sobre a seguridade social e direito humano educacional fossem asseguradas como, o Plano Muncipal de Educação (PME), estabelece na estratégia 4.4 a garantir do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, para complementar e suplementar, a todos(as) discentes(as) com deficiências, transfornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matrículados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação do (a) discente (Prefeitura de Barcarena, 2015).

Além disso, as práticas inclusivas nas escolas fomentam o pensamento

social inclusivo, reconhecendo a importância da educação para o desenvolvimento humano. As instituições municipais, estaduais e federais, tanto públicas quanto privadas, são chamadas a adotar políticas que favoreçam a inclusão de surdos, integrando novos conhecimentos científicos sobre o tema e promovendo vivências significativas que contribuam para a formação acadêmica e social de discentes com deficiência. Essas ações são fundamentais para construir uma educação que valorize a diversidade e promova o acesso equitativo a oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

A inclusão e a acessibilidade dos surdos, por meio de políticas públicas que valorizem as Línguas de Sinais (LS) e os direitos sociais, são fundamentais para promover a diversidade intercultural e o aprendizado significativo. A educação, em língua de sinais, aplicada a partir de uma perspectiva científica, cria um espaço inclusivo para a comunicação, respeitando as diferenças culturais e assegurando a igualdade de direitos entre todos os sujeitos, independentemente de gênero ou condição de classe. A inclusão reconhece a pluralidade cultural e cidadã e promove a construção do conhecimento em um ambiente de respeito mútuo e equidade, com base nos princípios dos “Direitos Humanos”, conforme apregoa a Constituição Brasileira (Brasil, 1988).

Essa abordagem inclusiva e bilíngue destaca a importância da empatia e do reconhecimento das diversidades étnico-raciais e culturais, promovendo uma educação livre de preconceitos e discriminações. No contexto brasileiro e internacional, a inclusão dos surdos em espaços educativos regulares, como escolas e universidades, reforça a necessidade de políticas públicas que apoiem a educação bilíngue e a valorização das línguas de sinais.

A prática educativa está alinhada às necessidades contemporâneas, promovendo a interação e a inclusão social de forma ética e responsável. Em Barcarena-PA, o papel do da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia é crucial para o desenvolvimento educacional e social dos adultos surdos, assegurando a formação continuada e o apoio aos professores e às professoras na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A luta coletiva pela valorização das culturas surdas e a promoção de uma educação que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos surdos são essenciais para fortalecer a sociedade, tanto no âmbito local quanto nacional. A importância da educação inclusiva é confirmada por orientações que enfatizam a necessidade de reconhecer e respeitar as

diversidades étnico-raciais e culturais em todos os espaços de aprendizagem.

As políticas públicas que reconhecem os direitos linguísticos das Línguas de Sinais, especialmente no contexto da educação de adultos surdos, têm um papel crucial na promoção da inclusão e na facilitação das interações entre surdos e ouvintes. No Estado, pesquisadores destacam as diferenças nessas interações, enfatizando a importância do respeito às especificidades culturais e comunicativas dos surdos.

As características e atitudes dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão educacional são fundamentais para o desenvolvimento de práticas que atendam às necessidades de pessoas com deficiência. O acompanhamento do desenvolvimento desses sujeitos é essencial para que se sintam parte ativa da sociedade, integrando suas experiências pessoais e culturais no contexto educacional. A inclusão de adultos surdos na Perspectiva da Educação Especial é vista como uma prática educativa contínua, que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento humano de forma que respeite as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) desempenha um papel essencial na educação de pessoas surdas, especialmente na população da Amazônia Paraense, ao mediar a comunicação e assegurar que as especificidades culturais e sociais dos sujeitos sejam respeitadas. As modalidades de atuação do TILS incluem a educação básica, ensino superior, espaços comunitários e outras instituições educativas, conforme apregoa o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), em que é crucial o desenvolvimento dos surdos não seja prejudicado, mas sim promovido por meio de uma prática inclusiva e adaptada às necessidades dessa população.

O uso de TILS nas instituições de ensino permite a reflexão sobre os aspectos do desenvolvimento humano e o direito à inclusão, destacando a importância de reconhecer as subjetividades dos surdos como parte integral do processo educativo. A educação inclusiva é um direito humano fundamental e promove a evolução na aprendizagem e na interação social de adultos com deficiência, tanto na escola quanto na comunidade.

A gestão pública precisa agir, por meio de políticas que incentivem a inclusão e o desenvolvimento humano, para enfrentar os desafios relacionados ao ensino de pessoas com deficiência, valorizando o protagonismo de pessoas surdas

e respeitando suas lutas históricas por inclusão. A valorização da Língua de Sinais e o fortalecimento das práticas inclusivas são fundamentais para o crescimento pessoal e educativo desses indivíduos, promovendo um ambiente de aprendizagem acessível e adaptado. A união entre conhecimento teórico e prática inclusiva favorece a acessibilidade e o desenvolvimento humano, consolidando um comportamento social que reconheça e respeite as necessidades especiais dos surdos.

A inclusão de estudantes surdos com deficiência nas salas de aula, tanto em instituições públicas quanto privadas, é essencial para promover um ambiente educacional que valorize a diversidade cultural e o conhecimento contínuo ao longo da vida. A Educação Especial e Inclusiva destaca a importância do diálogo e da aprendizagem colaborativa entre professores e pessoas surdas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a estimulação adequada nas aulas especializadas. A estrutura das salas de aula precisa ser adaptada para garantir o protagonismo de pessoas surdas, promovendo um espaço inclusivo e fortalecedor do aprendizado.

No contexto da inclusão, é fundamental reconhecer o direito dos surdos ao uso da Libras como sua primeira língua, ao invés de meramente traduzir a Língua Portuguesa. A língua Brasileira de Sinais não é apenas uma tradução, mas sim uma língua com características próprias e discursivas transformadoras que devem ser integradas ao espaço educacional. A educação inclusiva, portanto, não se limita à adaptação do currículo, mas envolve a criação de um ambiente de interação social que respeite as particularidades de pessoas surdas.

É crucial que a Libras seja utilizada como a primeira língua (L1) dos surdos, enquanto o ensino da Língua Portuguesa pode ser abordado como segunda língua (L2), especialmente para pessoas surdas. Isto fortalece o papel dos professores na Educação Básica e em todas as etapas de ensino, promovendo o aprendizado e a inclusão dos surdos na sociedade brasileira, de acordo com suas necessidades e direitos específicos. A representação humana e social do aluno surdo é vital para uma educação inclusiva de qualidade, que valorize a importância da Língua de Sinais e a intersecção com a Língua Portuguesa no contexto escolar.

Ao longo da trajetória, destaco a importância de uma abordagem centrada no comportamento ético e na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva e do serviço social. A inclusão de surdos necessita valorizar o uso da Libras e promover a conscientização sobre os “Direitos Humanos”, enfatizando a empatia, a educação, a

diversidade e a igualdade.

A carência políticas públicas que pautem as necessidades reias do surdos no Brasil, precisam ser pensadas e focadas na melhoria contínua da inclusão social e no apoio emocional, especialmente no contexto escolar, abrangendo desde as redes municipais e estaduais até as universidades. A educação bilíngue, que integra Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, é essencial para o desenvolvimento de pessoas surdas.

Para a inclusão ser efetiva, é crucial que as escolas públicas e privadas, juntamente com professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, adotem práticas educativas que respeitem as necessidades de pessoas surdas. O reconhecimento do valor da diversidade e a implementação de oportunidades equitativas são fundamentais para construir um ambiente educacional inclusivo e humano. As práticas de conscientização e o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas para a inclusão de surdos com deficiência convem serem constantemente incentivadas para promover uma sociedade mais justa e acessível para todos.

A pesquisa foca na valorização epistemológica e cultural da Libras como ferramenta essencial para a comunicação e interação de pessoas surdas, promovendo um ambiente educacional que respeita as diversidades linguísticas e culturais. A abordagem metodológica adotada é de natureza etnográfica, analisando a prática pedagógica em sala de aula, com ênfase no desenvolvimento das habilidades de comunicação de pessoas surdas e na integração com os ouvintes.

O estudo também explora como a inclusão pode ser aprimorada por meio da formação continuada de professores e do fortalecimento de uma prática pedagógica que priorize a interação social e o respeito à identidade cultural de pessoas surdas.

Ressalta-se a relevância da participação de professores, alunos e demais envolvidos, proporcionando oportunidades de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos e experiências. O enfoque é preparar os educadores e profissionais, como Guias Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS), para atuarem de forma eficaz na educação inclusiva, valorizando a diversidade cultural e social.

A prática pedagógica deve considerar o enfrentamento dos desafios e os debates sobre a circulação social da comunidade surda, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e humanizado. A inclusão educacional, neste contexto, é

vista como uma construção coletiva que envolve o compromisso de todos os atores envolvidos na educação — professores, pessoas surdas e ouvintes — para garantir o respeito aos direitos de pessoas surdas.

A proposta é integrar as ações educativas com base nos relatórios teóricos e nas práticas pedagógicas, visando desenvolver encaminhamentos que promovam a inclusão efetiva dos surdos. Os objetivos incluem a análise e a adaptação das metodologias de ensino para atender às necessidades específicas de pessoas surdas, valorizando a atuação de três mulheres adultas e um homem adulto como protagonistas na construção de um ambiente educativo inclusivo e equitativo, com o apoio técnico dos Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS).

O desenvolvimento de experiências na universidade estadual, especialmente na turma 19, envolve a participação inclusiva de pessoas surdas e discentes em sala de aula, focando no progresso individual e na conclusão do ano letivo. A prática educativa é orientada por referenciais teórico-metodológicos que buscam aprofundar o conhecimento científico acerca da inclusão de surdos e adultos na Educação Especial e Inclusiva. Essa abordagem integra conteúdos básicos da pesquisa científica com a prática pedagógica, ressaltando a importância do desenvolvimento contínuo na universidade estadual.

A importância da expressão facial e corporal na educação de pessoas surdas é fundamental para o reconhecimento da cultura e identidade linguística desses indivíduos, especialmente no contexto de alunos e adultos com deficiência. No espaço escolar, é crucial que professores estejam preparados para atender às especificidades dos estudantes surdos, promovendo um ambiente inclusivo que valorize as práticas culturais e a comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Na Escola Estadual de Ensino Médio (EM), os aspectos da educação especial, teorias e metodologias precisam ser integrados ao ambiente escolar para fortalecer as lutas pelos direitos das pessoas com deficiência (PcD), facilitando a inclusão e o entendimento das particularidades dos surdos. A adoção de abordagens que valorizem a linguagem científica e a comunicação visual é essencial para a população surda, assegurando que as práticas educativas sejam adequadas e contextualizadas politicamente nas salas de aula da rede Municipal e Estadual. Essas ações devem refletir as políticas sociais de educação, promovendo a inclusão tanto de crianças quanto de adultos em contextos educativos diversos.

E apresento a seguir o problema de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo de mestrado para responder o seguinte problema, qual seja: **quais os avanços e desafios enfrentados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas nas escolas do município de Barcarena-PA?**

Esta se constitui como uma pesquisa documental da política de inclusão de surdos no municipio de Barcarena, com destaque para a importância da visualidade e da integração de conteúdos básicos por meio das Línguas de Sinais nessas políticas públicas. Este estudo se concentra no papel fundamental do contato humano e na construção teórica e metodológica necessária para desenvolver políticas públicas que atendam efetivamente às necessidades de pessoas surdas. Foram dois documentos principais analisados: 1) Plano Municipal de Educação (PME), que foi aprovado pela Lei Municipal Municipal nº 2164, de 23 de junho de 2015, disponível no site <https://barcarena.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/plano-municipal-de-educacao-e-lei-2164-2015-1.pdf>. Acesso em: 22.01.2025.; e 2) os questionários com a respostas de dois participantes da pesquisa – a vice-diretora, prof. Santana Maria; e o coordenador pedagógico do Edvaldo Ferreira, que autorizaram o uso dos seus nomes nesta dissertação.

O objetivo geral é analisar a política pública de inclusão em uma escola pública do municipio de Barcarena-PA. Os objetivos específicos são:

a) Identificar os avanços alcançados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia na rede pública do município de Barcarena-PA.

b) Investigar os desafios – a partir do posicionamento de dois gestores – para da educação inclusiva no município, por meio da aplicação dessas políticas, considerando aspectos pedagógicos, estruturais e de formação de professores, que impactam a inclusão de pessoas surdas no contexto escolar de Barcarena-PA.

A pesquisa aborda as avanços e desafios na implementação de práticas inclusivas voltadas para surdos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia de Barcarena-PA (SEMED). Ao explorar a aplicação da Libras no contexto educacional, o estudo busca compreender como as abordagens pedagógicas e políticas públicas podem ser ajustadas para garantir uma educação inclusiva.

Apresento brevemente as próximas seções: na seção dois irei explorar **a inclusão como política pública**, dando destaque para a relevância da formação

continuada de professores e para a Língiua Brsileira de sinais na educação de surdos. Na seção três trato da **metodologia**, apresentando o lócus de pesquisa, os objetivos, os procedimentos e o tipo de pesquisa. Em seguinda, na seção quatro **analise os dados** dos documentos fornecidos pelos participantes – o questionário que apliquei. Por fim, a seção de **considerações finais** retomando os achados da pesquisa, seguido das referencias e apêndices.

2 A INCLUSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

2.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Para Dias (2003, p. 121), as políticas públicas são “Um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e tem que estar direcionadas ao bem comum”.

Por conseguinte, se são ações do Estado, implicam a interposição de regras, de leis oficiais, a legislação para o desenvolvimento de um setor. No caso, das pessoas com surdez as principais leis são:

a) a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) que reconhece a Libras como língua de ensino das pessoas surdas no Brasil;

b) o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002.

c) a Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021) que estabelece a educação bilíngue de surdos como uma modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

d) as demais legislações que estabelecem a Inclusão como direito a estudar na escola regular; que estabelecem as mudanças curriculares nos conteúdos, na forma de ensinar, nos métodos diferenciados e flexíveis e principalmente no estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado, com destaque para a Política Nacional de Educação Especial de 2007, a Resolução 02/2001 (Brasil, 2001) que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a própria LDB (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Além legislação temos o estabelecimento por parte do Estado – federal, estadual e municipal – que estabelecem como vão funcionar as instituições que implementam a legislação: como vão funcionar as escolas, com que financiamento?

E é claro, que essa legislação e essas instituições oficiais que implementam as políticas públicas vão estar submetidas ao sistema de produção, às relações de classes e quem está no governo para efetivar, garantir ou até mesmo excluir políticas públicas que atendam aos interesses da população. Essas populações podem ou não ser consultadas para a criação, efetivação e/ou fiscalização da implementação das mesmas.

Retomando então, precisamos dizer em termos gerais o que é uma política pública de inclusão. Consideramos que seja “um conjunto de ações exclusivas do Estado” (Dias, 2003, p. 121), dentro dessas ações a legislação, para efetivar que todas as pessoas tenham acesso aos direitos em geral – com destaque para educação, saúde, segurança, trabalho, moradia e lazer. Para ter acesso à educação, uma das políticas públicas é a de formação de professores.

2.2 A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Uma importante política pública é a de formação dos professores – a inicial e a continuada. A formação continuada de professores para a educação como política pública formula alguns preceiros para oos profissionais que atuam na educação de surdos, especialmente na Educação Básica.

Busca-se uma política de formação que facilite a aprendizagem e promove práticas pedagógicas inclusivas, com foco na Libras, acessibilidade, diversidade, equidade e empatia, alinhando-se aos princípios dos “Direitos Humanos”. A inclusão de surdos na educação básica tem como perspectiva os direitos e a inclusão da pessoa surda e em níveis superiores requer um compromisso com a formação de professores, que pode ser viabilizada por meio de cursos como o Básico de Libras, a formação de Instrutores e Professores de Libras, a Graduação em Pedagogia bilingue e em Letras-Libras.

Esses cursos e formações, incluindo Programas de Mestrado em Educação, promovem o aprimoramento das práticas educativas e epistemológicas que visam à inclusão efetiva de pessoas com deficiência. A educação inclusiva para surdos requer uma escola pública e uma sociedade inclusiva para que os professores estejam preparados para aplicar metodologias que valorizem as especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas, garantindo a qualidade do ensino em contextos municipais, estaduais, públicos e privados, como na Secretaria Municipal de Educação de Barcarena-PA (SEMED).

A teoria e método e a prática da inclusão educacional devem ser continuamente desenvolvidas, respeitando as necessidades individuais dos (as) discentes e a diversidade da comunidade escolar. Esse enfoque da pesquisa social enquanto estrutura possibilita que a educação de surdos avance em direção à equidade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e que valorize as experiências

e os direitos das pessoas surdas, integrando-os (as) plenamente no contexto educacional e social.

A inclusão da pessoa surda e de pessoas com deficiência na Educação Especial na sala de aula do ensino regular requer uma atenção cuidadosa à compreensão das especificidades de cada sujeitos, especialmente no contexto da inclusão de surdos e adultos com deficiência. A experiência de desenvolvimento na prática pedagógica destes, destaca a importância de formações e capacitações que fortaleçam as habilidades dos profissionais envolvidos.

A obtenção de certificados e a orientação de professores em áreas chave, como a Linguística de Língua de Sinais e a Linguística da Língua Portuguesa, são fundamentais para atender às necessidades educacionais das pessoas surdas.

A formação continuada de professores é essencial para promover a inclusão de pessoas surdas e Pessoas com Deficiência (PcD) na Educação Básica, tanto em escolas municipais quanto estaduais de Barcarena-PA. A inclusão necessita ser entendida como um processo que exige a adaptação das práticas pedagógicas, promovendo a interação social e o aprendizado significativo nas salas de aula regulares e especiais.

Desse modo, a formação de professores pode incluir cursos específicos como o Básico de Libras, a formação de Instrutores e Professores de Libras, bem como pós-graduações. Esses cursos são fundamentais para capacitar os educadores a utilizar a Língua Brasileira de Sinais de forma a promover a comunicação e a interação social entre discentes surdos e ouvintes. A prática educativa precisa ser guiada por princípios éticos e metodológicos que valorizem a diversidade linguística e cultural dos (as) discentes, integrando as Línguas de Sinais ao currículo escolar.

Além disso, a colaboração entre diversas entidades, como a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, a Secretaria de Educação e outras Secretarias de Barcarena-PA, é crucial para garantir uma rede de apoio que sustente a implementação das políticas públicas de inclusão. A formação de professores deve ser baseada em práticas pedagógicas com uma abordagem epistemológica que reconheça as especificidades das pessoas surdas e valorize suas experiências e conhecimentos.

A pesquisa de campo sobre Educação Especial e Inclusiva de surdos nas escolas brasileiras evidencia a trajetória profissional e pedagógica voltada para o

sucesso da inclusão educacional de pessoas surdas, conforme estabelecido pela Lei de Libras (nº. 10.436/2002). Essa legislação é um marco para o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua natural das comunidades surdas brasileiras, garantindo direitos linguísticos e humanos que são fundamentais para a efetiva inclusão social e educacional dessas pessoas. A política de inclusão de pessoas surdas nas escolas é reforçada pelo Decreto nº. 5.626/2005, que define as atribuições dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) e estabelece práticas específicas para a atuação junto à educação de surdos.

A inclusão de pessoas surdas envolve a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas e a presença de profissionais qualificados, como docentes de pessoas surdas, docentes surdas, professores de Libras, professores bilíngues e intérpretes de língua de sinais. Esses profissionais são essenciais para assegurar o atendimento diferenciado e a qualidade educacional nas escolas públicas e privadas em todas as etapas do desenvolvimento acadêmico e social dos (as) discentes surdos. No entanto essas propostas ainda não são políticas públicas para este setor.

A abordagem bilíngue, que integra o uso da Libras e do português, é destacada como o modelo mais adequado, promovendo a acessibilidade e valorização da cultura surda. A política pública de inclusão brasileira deve, portanto, continuar a garantir o respeito e o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas, assegurando que as instituições de ensino ofereçam uma educação bilingue em um ambiente acessível e inclusivo para todos os (as) discentes, conforme previsto nas legislações vigentes (Brasil, 2002; Brasil, 2005).

2.3 A RELEVÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A EDUCAÇÃO DO SURDO

A comunicação é o principal meio pelo qual os indivíduos interagem, compartilham ideias e expressam sentimentos. Assim, para as pessoas surdas, a língua de sinais é a principal forma de comunicação, sendo fundamental para a construção de identidade e para o desenvolvimento cognitivo. Por muitas décadas, foram privados por uma cultura oralista de se usar a língua de sinais, nesse sentido:

> vivemos em uma sociedade na qual a língua oral é imperativa, e por

> consequência caberá a todos que fazem parte dela se adequarem aos seus meios de comunicação, independentemente de suas possibilidades. Qualquer outra forma de comunicação, como ocorre com a língua de sinais, é considerada inferior e impossível de ser comparada com as línguas orais (Dizeu; Caporali, 2005, p. 584).

Diante disso, percebe-se que sem a comunicação em língua de sinais, não é possível que as pessoas surdas consigam aprimorar suas habilidades orais. Nesse contexto é notório uma forte movimentação social da comunidade surda brasileira na luta de seus direitos básicos. E com isso, ao longo dos anos se desdobrou em decretos e leis acerca do reconhecimento linguístico e social das pessoas surdas.

E com esse reconhecimento da Libras,

> Art. 1º: entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visualmotora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, p. 1).

Assim, a língua de sinais é um sistema completo, pois possui suas próprias regras gramaticais, sintáticas e semânticas. Não é uma tradução da língua falada, mas uma língua independente. Ela pode ser caracterizada também por ser visual-espacial, isso significa que os sinais são produzidos por meio de gestos manuais, expressões faciais e movimentos corporais. Isso significa que

> A modalidade gestual-visual espacial pela qual a LIBRAS é produzida e percebida pelos surdos leva, muitas vezes, as pessoas a pensarem que todos os sinais são o desenho no ar referente ao que representam. É claro que, por decorrência de sua natureza linguística, a realização de um sinal pode ser motivada pelas características do dado da realidade a que se refere, mas isso não é uma regra. Portanto, necessita de um aprendizado sistemático, preferencialmente ensinada por surdos (Strobel; Fernandes, 1998, p. 25).

No que concerne o ensino de surdos e adultos, é necessário que haja uma abordagem metodológica distinta, pois é preciso levar em consideração determinados aspectos, como: as experiências de vida, os níveis de escolaridade e as necessidades cognitivas. Nesse sentido, é importante lutar por políticas públicas para desenvolver espaços educacionais adaptados para a aprendizagem efetiva da língua de sinais.

As disposições do direito da pessoa surda à educação, conforme está previstos, desde a convenção dos direitos humanos até a Lei da Libras, que garante

a língua de sinais no ensino são uma grande conquista.

Para a educação de surdos o marco é a Lei da Libras nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto que regulamenta esta, o Decreto Federal nº. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, com a inclusão da libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, no magistério médio e superior, como estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005:

> **Art. 3º** A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
> § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento básico, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.
> § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005, p. 1).

Diversos autores apontam a importância das Línguas de Sinais, tanto no cenário nacional quanto no internacional, para a efetivação da inclusão educacional. As Línguas de Sinais são fundamentais para o desenvolvimento humano dos indivíduos, sendo essa consideração um ponto central desta pesquisa, que se baseia em um levantamento de documentos da política de inclusão no municipio de Barcarena.

A inclusão de surdos no contexto escolar, especialmente no que diz respeito ao conhecimento e uso das Línguas de Sinais, reflete uma nova realidade para alunos com necessidades especiais na escola brasileira. A inclusão desses alunos, fundamentada em princípios, apresenta desafios importantes para a Educação Básica. O desenvolvimento da inclusão abrange tanto as escolas municipais quanto estaduais, e é crucial para garantir atender as necessidades de pessoas com deficiência (PcDs), incluindo adultos.

As considerações de diversos autores ressaltam a importância do papel dos professores e a necessidade de uma orientação adequada, refletida em estudos e levantamentos de documentos da política de inclusão no municipio de Barcarena que abordem a educação de surdos. O desenvolvimento humano de alunos com deficiência requer uma abordagem ética, com ênfase na Educação Especial e

Inclusiva. A utilização de Línguas de Sinais é fundamental para garantir o reconhecimento dos direitos humanos e promover a aprendizagem inclusiva e equitativa. As metodologias de ensino baseadas em Línguas de Sinais permitem que os surdos e adultos com deficiência participem plenamente do ambiente educacional, respeitando a diversidade e as diferenças de gênero e identidade, assegurando uma vivência social igualitária e justa.

Para objetivar a prática pedagógica no ensino e na aprendizagem de pessoas surdas, é essencial estimular a inclusão desses estudantes nas escolas da rede de ensino, garantindo seu sucesso educacional. A utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é fundamental para promover uma aprendizagem eficaz em salas de aula inclusivas, onde os conteúdos básicos são adaptados para atender as necessidades específicas de pessoas surdas, tanto no nível formal quanto no contexto da educação de adultos.

A abordagem pedagógica de focar na melhoria do aprendizado do Português para surdos brasileiros, enfatizando o desenvolvimento da leitura e escrita, e atendendo às necessidades das pessoas com deficiência dentro da comunidade surda. A educação inclusiva requer uma epistemologia que valorize o uso de Libras como método de ensino de qualidade, capacitando professores para trabalharem de maneira dinâmica e adaptada às experiências e necessidades das pessoas surdas.

Além disso, a didática deve ser orientada por princípios que reconheçam a importância do movimento social na promoção da inclusão, com planejamentos voltados para o crescimento e desenvolvimento de pessoas surdas nas escolas municipais e estaduais. Esse enfoque proporciona aos professores uma oportunidade especial de visualizar e implementar práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e o sucesso educacional de pessoas surdas, respeitando a diversidade cultural e social da comunidade surda.

A participação de pessoas surdas, enquanto sujeitos e membros ativos na avaliação das dinâmicas sociais dentro da “Educação Inclusiva” nas escolas, é essencial para a compreensão e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Essa interação se estende tanto a jovens quanto a adultos surdos (as), abrangendo instituições de ensino público e privado. Defendo neste trabalho as relações sociais entre pessoas surdas e ouvintes, mediadas por Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS), influenciam a dinâmica educacional e a inclusão no espaço escolar.

Para desenvolver uma metodologia inclusiva no ensino e aprendizagem de

Língua Brasileira de Sinais (Libras), é fundamental considerar os métodos e estudos aplicados nas disciplinas voltadas à inclusão de pessoas surdas. As práticas pedagógicas envolvem professoras, alunos adultos, e especialistas convidados para debates científicos sobre o uso das Línguas de Sinais como meio de comunicação em sala de aula. O foco está na interação social entre surdos e ouvintes, com uma abordagem centrada nas políticas de educação especial e inclusiva, considerando a diversidade humana e a importância da participação ativa de pessoas surdas, adultos ou jovens, na rede regular de ensino.

As contribuições para as práticas pedagógicas de professores(as) no contexto educacional visam respeitar a igualdade e reconhecer a importância da inclusão na educação. A teoria da educação inclusiva e os métodos de ensino em Libras são essenciais para o desenvolvimento de pessoas surdas, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize as diferenças. O acompanhamento da inclusão nas escolas municipais e estaduais é crucial para a construção do desenvolvimento humano, com ênfase nos direitos e no acesso à educação formal para pessoas surdas.

Além disso, a metodologia enfatiza a necessidade de um diálogo contínuo e discursivo entre professores e alunos, abordando os avanços e desafios da inclusão de surdos no ambiente educacional. A presença de sujeitos surdos nas aulas não só enriquece o processo educacional, mas também promove o respeito às diferenças culturais e linguísticas, essencial para a criação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

As práticas pedagógicas em Libras nas escolas municipais e estaduais de Barcarena-PA exemplificam a implementação de políticas públicas que reconhecem a importância da inclusão social e educacional de surdos. Os desafios enfrentados incluem a adaptação dos conteúdos básicos de ensino para atender as necessidades específicas de pessoas surdas e a superação de barreiras linguísticas e culturais que dificultam a plena integração desses alunos. A abordagem metodológica visa, assim, fortalecer o papel da educação inclusiva como ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano e a promoção da equidade educacional (Minayo, 2012).

A inclusão educacional nas escolas facilita a interação social entre adultos surdos, ouvintes e professores, promovendo uma integração das culturas brasileiras e políticas públicas no ambiente escolar. Durante o Seminário de Pesquisa na

Universidade Estadual, o foco está na inclusão de estudantes adultos com deficiência, incluindo surdos, com acessibilidade garantida por meio do apoio de tradutores e intérpretes de Libras. A utilização de recursos visuais e políticas adaptadas ao contexto educacional são fundamentais para a efetiva inclusão e participação das pessoas surdas em debates e interações sociais.

O desenvolvimento do aprendizado de pessoas surdas ocorre de maneira mais eficaz quando há um entendimento mútuo entre os surdos e adultos sobre as práticas inclusivas. A inclusão não só promove o crescimento individual, mas também valoriza a diversidade cultural e social dos sujeitos, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. As práticas inclusivas, como o uso de metodologias visuais e dinâmicas em sala de aula, são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem acessível e responsivo às necessidades de pessoas surdas.

A implementação de materiais didáticos adequados, como banners, quadros brancos, canetas marcadoras, apagadores, retroprojetores e apresentações em *PowerPoint*, contribui para um ambiente escolar inclusivo e interativo. Oficinas temáticas e debates em Língua de Sinais fomentam a comunicação visual entre os alunos e seus colegas, promovendo um entendimento mútuo e uma troca de conhecimentos entre diferentes gêneros e contextos culturais.

Ao observar como pessoas surdas são incluídos nas escolas municipais, estaduais, públicas e privadas, especialmente na cidade de Barcarena-PA, torna-se evidente a importância de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças culturais e linguísticas das pessoas surdas. Esta pesquisa busca compreender como a teoria da inclusão pode ser aplicada de forma efetiva no campo educacional e profissional, destacando a relevância da Língua de Sinais na comunicação e no desenvolvimento de pessoas surdas. O estudo enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva que responda às necessidades de pessoas surdas e promova seu crescimento dentro do ambiente escolar e na sociedade em geral.

A inclusão de pessoas surdas, mediada pela Libras, é central no contexto da formação docente, abrangendo desde o mestrado até o doutorado em Educação. Este trabalho contribui significativamente para a teoria da inclusão, refletindo-se nas práticas educativas e nos diálogos entre o corpo docente e discentes, promovendo uma educação especial inclusiva que valoriza as experiências e o conhecimento

humano.

O foco deve estar nas interações entre surdos e ouvintes em sala de aula, utilizando metodologias que favorecem a inclusão e o desenvolvimento das competências básicas. A implementação de recursos didáticos, como *banners*, quadros brancos, retroprojetores, canetas marcadoras, e slides em PowerPoint, facilita a comunicação visual e o aprendizado inclusivo. Estes materiais são essenciais para criar um ambiente educacional que promova a participação ativa das pessoas surdas.

As professoras organizam o cronograma de aulas, garantindo que o conteúdo seja acessível e relevante, estimulando o desenvolvimento de pessoas surdas no espaço acadêmico. A prática pedagógica é enriquecida por debates em Libras, que proporcionam uma compreensão mais profunda das questões educacionais associadas à inclusão de alunos. A análise das políticas públicas para a Educação Básica, juntamente com a revisão da bibliografia básica e pesquisa de campo, fundamenta a inclusão de pessoas surdas, permitindo que o conhecimento adquirido em sala de aula se traduza em práticas educacionais efetivas. As professoras, como orientadoras e responsáveis pelos materiais didáticos e pelas dinâmicas em sala de aula, desempenham um papel crucial na garantia da inclusão e no desenvolvimento acadêmico das pessoas surdas.

A interação prática entre surdos e ouvintes, mediada por materiais visuais e didáticos apropriados, fomenta um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo. Este trabalho visa não apenas facilitar a inclusão, mas também valorizar as contribuições de pessoas surdas para o ambiente educacional, promovendo o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades dentro da sociedade.

A experiência prática no contexto educacional de Barcarena-PA reflete o compromisso com a inclusão social e educacional de surdos, evidenciando a importância de uma abordagem que respeite e valorize a diversidade humana. As políticas públicas educacionais, a dedicação das professoras doutoras e o uso de práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para o sucesso da educação inclusiva, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

O papel dos professores é crucial para além da mera transmissão de conhecimentos, envolvendo também o relato de experiências em sala de aula com estudantes com deficiência. A inclusão constante de pessoas surdas nas práticas

pedagógicas, contribui significativamente para o desenvolvimento da compreensão dos contextos teóricos e práticos, especialmente quando os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) são fluentes na língua de sinais. A concepção fenomenológica da educação inclusiva, aplicada nas salas de aula, favorece uma prática educativa epistemológica que valoriza o aprendizado dos estudantes surdos adultos, contribuindo para o seu desenvolvimento e ampliando o alcance dos conteúdos básicos abordados.

A inclusão de pessoas surdas no curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual, apresenta novas e importantes desafios para a Educação Especial. Este curso aborda tanto o acolhimento em instituições públicas quanto privadas, destacando o papel e apoio dos professores e dos orientadores, que contribuem significativamente para o aprimoramento da interação social e para o desenvolvimento humano de pessoas surdas.

As atividades acadêmicas, realizadas no período matutino ao longo da semana, proporcionam um ambiente enriquecedor para os alunos, facilitando a evolução do seu aprendizado e promovendo práticas pedagógicas que fortalecem suas competências. A experiência adquirida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UEPA) e o apoio da orientadora são fundamentais para a comunicação eficaz em Libras, especialmente no contexto amazônico.

A organização dessas práticas é relevante para promover equidade, inclusão, educação, empatia e respeito. Os desafios para a educação básica refletem a importância de um ensino inclusivo que valoriza a diversidade humana e oferece oportunidades significativas para o crescimento pessoal e acadêmico de pessoas surdas. Nós surdos, agradecemos pela compreensão e apoio a essas iniciativas, que têm contribuído para o avanço da inclusão e para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a vida em sociedade.

Compreender a história da inclusão de pessoas surdas é fundamental para documentar as experiências e os acompanhamentos desses sujeitos ao longo do tempo, destacando a importância das práticas pedagógicas e das metodologias utilizadas em Língua de Sinais. O reconhecimento dos direitos à educação inclusiva, tanto em escolas públicas quanto privadas, requer um compromisso contínuo com a acessibilidade e o apoio educacional nas redes Municipal e Estadual de Barcarena-PA.

É essencial que o espaço educacional valorize a inclusão, promovendo a

interação entre adultos, colegas, fundamentada na confiança e no respeito mútuo. A continuidade do trabalho de educadores populares na Amazônia é crucial para fortalecer a educação inclusiva, que reflete as realidades e as necessidades das comunidades locais. Esse movimento busca transformar as relações sociais e promover a interação entre adultos e pessoas surdas, utilizando suas próprias línguas e expressões culturais.

3 METODOLOGIA

3.1 A CIDADE DE BARCARNA

A fundação do Município de Barcarena precede a data que foi escolhida para sua fundação. A fundação é comemorada em (1943), mas já existiam povos habitando esse território. Esses povos foram colonizados no processo de ocupação dos espaços amazônicos, que se deu no início do século XVII. Neste momento de colonização pela coroa portuguesa, os territórios tomados eram constituidos por inumeros indígenas. Os historiadores nos contam que, após três anos da chegada dos portugueses, no ano de 1619, houve uma batalha sangrenta entre os índios tupinambas e os colonizadores. Os Tupinambas perderam a batalha e fugiram para não se submeterem ao regime colonial, assim, ocorreu conforme comenta Silva:

> Então, não diferente de outros espaços amazônicos, Barcarena tem a sua origem baseada na resistência e/ou alianças contra os colonizadores europeus face ao processo de ocupação e apropriação de suas terras principalmente pelos portugueses, através das missões religiosas. A ocupação do espaço que hoje representa o território de Barcarena ocorre desde o período colonial, mais precisamente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o povoado de São Francisco Xavier foi transformado em categoria de Freguesia (IBGE, 2010) (Silva, 2017, p. 89).

No Plano de Educação do Município está posta parte da história do municipio:

> Os primeiros habitantes das terras de Barcarena foram 08 índios Aruans, que, durante o período colonial, antes de 1709 foram catequizados pelos padres jesuitas. Estes se abrigaram em terras doadas por Francisco Rodrigues Pimenta o que os levou à fundarem uma fazenda com o nome de Gibirié, posteriormente conhecida como “Missão Gibirié”, edificando na mesma uma igreja, que ainda serve de matriz para a Igreja Católica. Posteriormente, O povoado foi elevado a categoria de freguesia, sob à invocação de São Francisco Xavier.
> Sua elevação à categoria de Vila ocorreu mediante à publicação da Lei Estadual nº 494, de 10 de maio de 1897, sendo que sua instalação aconteceu em 02 de janeiro de 1898.
> Pelo fato de sua proximidade de Belém, a qual seu território pertenceu até 1938, Barcarena foi núcleo de extraordinários acontecimentos durante o período da Cabanagem. Em seu território faleceu o cônego Batista Campos em 31 de dezembro de 1834 na fazenda Boa vista, de Eugênio de Oliveira Pantoja, localizada no furo do Arrozal.
> Ainda em Barcarena foi enterrado outro grande líder cabano, Eduardo Angelim, que tinha por essas terras uma fazenda, de nome Madre de Dios Ou Mãe de Deus. Quando o terceiro presidente cabano regressou do exílio, em 1851, abrigou-se a essa fazenda, onde habitou cerca de 30 anos.

> Eduardo Angelim faleceu em Belém, no dia 11 de julho de 1882 e foi enterrado ao lado do túmulo de sua esposa, na fazenda onde residiam.
> É importante destacar que OS historiadores ressaltam que o nome de Barcarena se originou da presença, no assentamento populacional, de uma grande embarcação que havia sido chamada de “Arena”, e à qual os moradores do lugar titulavam-na de barca. A união das duas palavras fez com que a localidade ficasse conhecida como Barcarena. Contudo, segundo levantamentos mais recentes, o nome deste município se originou da política pombalina na região amazônica. Esta política estava sob a liderança de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) no reinado de D. José I (1750 a 4777), oriundo da cidade portuguesa chamada Barcarena.
> No Decreto-Lei de nº 2.972, de 31 de março de 1938, a denominação oficial do lugar aparece como Barcarena, contudo, considerada como distrito da jurisdição de Belém. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 3.331, de 31 de oututubro do referido ano, Barcarena perdeu o território da área do Caeté para O município de Moju.
> Apenas mediante a promulgação de Decreto-Lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943 que Barcarena foi elevada à categoria de município do Estado do Pará, implantandoseus limites e sua localização geográfica. (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 7).

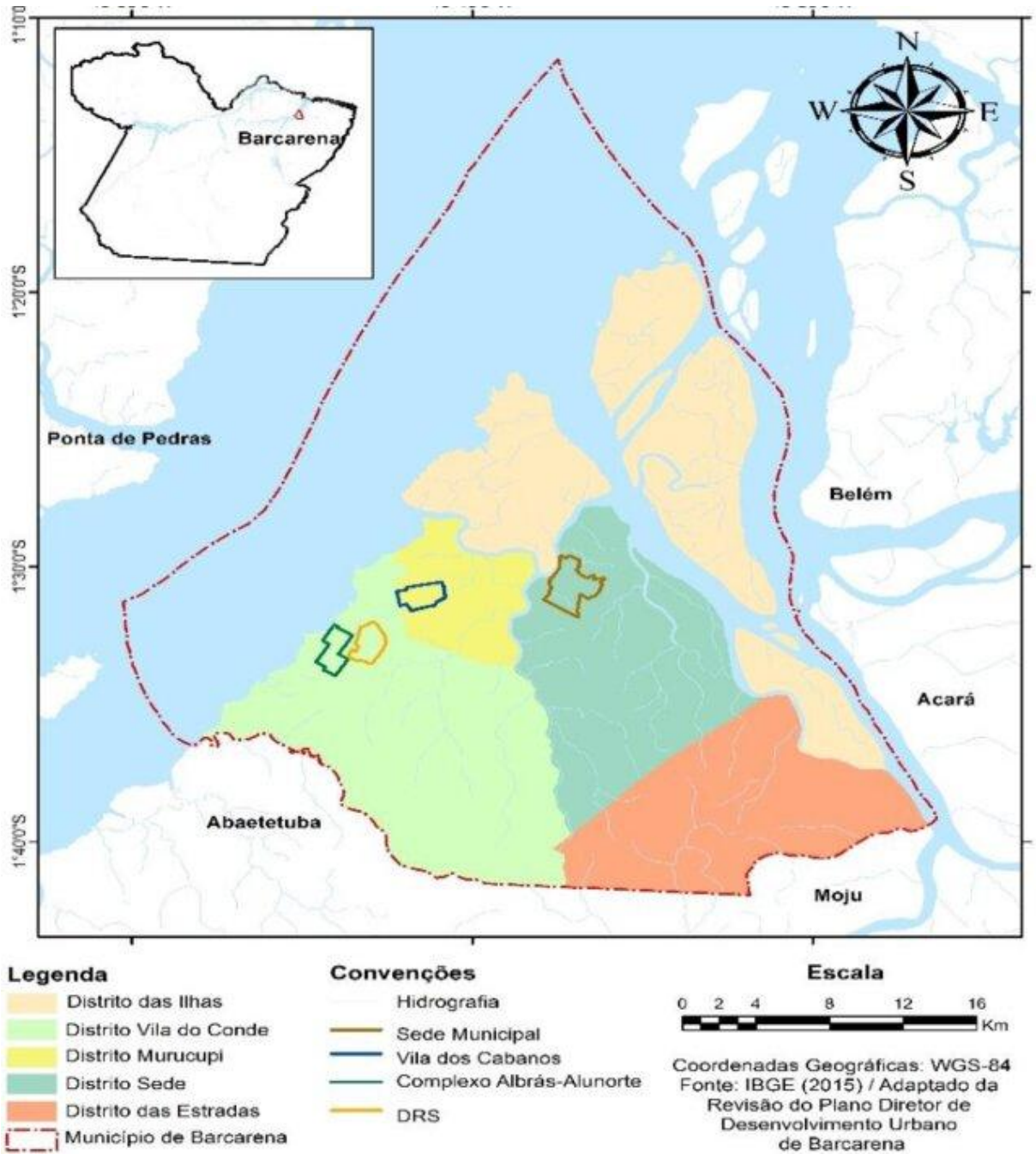
Barcarena tem um processo longo de habitação e perpassou por vários constiuições que moldaram sua economia, cultura e educação. O municipio fica localizado na foz do Rio Pará, especificamente à margem direita do Rio Mucuruçá:

> O Município de Barcarena está localizado na mesorregião metropolitana de Belém, entre as coordenadas 01º 0º 24” de latitude Sul e 48º 27:12” de longitude a oeste de Greenwich, com uma área de 818,89 km”, distante 25 km em linha reta da cidade de Belém, situando-se a uma altitude de quinze metros em relação ao nível do mar.
> Limita-se ao Norte a Baía de Marajó; ao Sul com o Município de Moju; a Leste com o município de Belém e a oeste com o Município de Abaetetuba e pertence à Região Nordeste do Estado do Pará (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 8).

Essa é a localização territorial que Barcarena se encontra, constituida pela sede do Município, Distritos, Estradas e Ilhas. Isso torna o deslocamento de professores e professoras, que moram no centro da cidade, terem dificuldade de acesso para o trabalho com as escolas do campo. Em grande medida os agentes da educação têm que arcar com os custos diários de transporte que atinge diretamente a remuneração desses (as) profissionais (Silva, 2017).

A seguir, na Figura 1, um mapa que localiza o município de Barcarena:

Figura 1: Mapa da localização de Barcarena-PA.



Fonte: <https://www.researchgate.net/publication/345123157_A_DINAMICA_SOCIOECONOMICA_E_AMBIENTAL_A_PARTIR_DA_ATIVIDADE_MINERO-METALURGICA_EM_BARCARENA_PARA_BRASIL_1980-2010/figures?lo=1>. Acesso em: 30 jun. 2025.

No período de 1983, durante a República no Brasil, o Governo Federal de Laurival Campos Cunha, a Coordenadoria de Educação Municipal é transformada em Divisão Municipal de Educação o que se estabeleceu somente dez anos depois

de sua oficialização, no ano de 1993, a Divisão Municipal de Educação se tornou a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Assim, se organizaram as instituições de ensino, que permanecerem instituições públicas para a comunidade, o que perdura assim até os dias atuais:

> Quando necessárias, com algumas mudanças são feitas, como exemplo, realizar a fusão dos complementos da referida Secretaria com as Secretarias de Educação de Cultura e Desenvolvimento Social, como ocorreu no ano de 2013, no início do Governo do Prefeito Antonio Carlos Vilaça, da (SEMED, 2016), a partir de sua estrutura administrativa pública os municipios de ensino (Silva, 2017, p. 96).

3.2 O LÓCUS DA PESQUISA: EMEF “Santa Sofia”

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) “Santa Sofia” foi fundada em 14 de Março de 1980, para atender a comunidade escolar barcarenense por meio de turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental – do primeiro ao quarto ano. Está situada no distrito administrativo de Barcarena-Pa.

Foi instalada inicialmente na Travessa Frederico Vasconcelos, S/N, no Bairro do Centro, Município de Barcarena-PA, no Estado do Pará. Devido ao aumento de seus discentes, oriundos (as) da Zona Urbana e Zona Rural e de outros municípios do Baixo Tocantins – incluindo outros muncipios póximos e mais ditantes como Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (Almeida, 2010) – ocorreu a necessidade de ampliação de suas instalações físicas, sendo transferida, no ano de 1993, para um novo prédio situado na Rua Lameira Bittencourt, nº 60, permanecendo no Bairro do Centro, conforme está posto no PPP da escola:

> A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia, foi fundada em 14 de março de 1980, para atender a comunidade escolar barcarenense através de turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Situada inicialmente na Travessa Frederico Vasconcelos s/n – bairro: centro, cidade de Barcarena, porém devido ao aumento de sua clientela e a necessidade de ampliação de suas instalações físicas foi transferida no ano de 1993 para um novo prédio situado na Rua Lameira Bittencourt, Nº 60 - bairro: Centro, cidade de Barcarena (EMEF Santa Sofia, 2022, p. 13).

A seguir na Figura 2, uma foto da escola:

Figura 2: foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia do município de Barcarena-PA



Fonte: foto retirada do **PPP** da Escola (2022)

Conforme o PPP da escola, a mesma possuia em 2022: “Atualmente a escola atende 691 estudantes, sendo 138 em turmas de 1º ao 5º ano e 553 em turmas de 6º ao 9ª ano distribuídas nos turnos manhã e tarde” (EMEF Santa Sofia, 2022, p. 13). Em visita a escola no ano de 2025, consegui os seguintes dados: a escola tem 417 estudantes matriculados, 12 salas de aula, quadra descoberta, sala do AEE, Biblioteca e sala de direção.

3.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa é: quais os avanços e desafios enfrentados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas nas escolas do município de Barcarena-PA?

Detalhando melhor: o problema de pesquisa visa que os gestores da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Santa Sofia” de Barcarena-PA respondam sobre os avanços – o que tem melhorado no campo da educação de surdso – e os desafios – o que precisa ser melhorado na educação de surdos de Barcarena-PA.

3.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral é analisar a política pública de inclusão em uma escola pública do municipio de Barcarena-PA.

Este objetivo está centrado na perceção por parte do pesquisador da política

pública para o processo de ensino e aprendizagem de pessoas adultas surdas em uma escola pública do município de Barcarena-Pa, com foco na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os objetivos específicos são:

a) Identificar os avanços alcançados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia na rede pública do município de Barcarena-PA.

b) Investigar os desafios – a partir de dois gestores – para a educação inclusiva no município, por meio da aplicação dessas políticas, considerando aspectos pedagógicos, estruturais e de formação de professores, que impactam a inclusão de pessoas surdas no contexto escolar de Barcarena-PA.

O texto aborda os avanço e desafios no sentido de auxiliar as práticas educativas em sala de aula de estudantes surdos(as), destacando a importância da inclusão de pessoas surdas por meio do uso da Libras.

3.5 O TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa de campo adota uma pesquisa documental da política de inclusão para investigar posicionamentos a respeito da educação inclusiva de pessoas surdas na cidade de Barcarena-PA. O estudo analisa as políticas públicas voltadas para a inclusão de surdos e adultos com deficiência, bem como as práticas pedagógicas implementadas em salas de aula de uma instituição públicas.

A presente pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com foco na análise pesquisa documental da política de inclusão de pessoas surdas na Educação Básica.

A abordagem qualitativa e ética na inclusão de surdos se define como aquela que valoriza as Línguas de Sinais e a considera essencial com o estudo da história da Libras, as interações sociais e as representações dos sujeitos surdos e ouvintes. Esse desafio busca compreender as crenças, percepções e opiniões dentro do contexto da educação inclusiva, destacando os “Direitos Humanos”, a igualdade, o respeito à diversidade e a promoção de uma educação inclusiva.

A pesquisa utiliza-se de uma pesquisa documental da política de inclusão no municipio de Barcarena. O estudo visa interpretar como esses conhecimentos e

vivências influenciam o espaço acadêmico e social, reforçando a importância de uma educação inclusiva que respeite e valorize as diferenças humanas. (Minayo, 2010).

A presente pesquisa documental da política de inclusão no municipio de Barcarena dá ênfase aos direitos humanos, em uma abordagem qualitativa. O estudo utiliza um levantamento de fontes orais e escrita, para explorar as nuances do ensino e da inclusão de surdos.

O levantamento de dados inclui um questionário sobre as práticas educacionais, focando na relação entre inclusão e direitos humanos, bem como nas estratégias utilizadas por profissionais no ensino e aprendizagem de surdos em contextos escolares. A pesquisa destaca a importância da comunicação por meio da Libras para que ocorra a inclusão de pessoas surdas adultos com deficiência, enfatizando a necessidade de técnicas pedagógicas que promovam a competência comunicativa e o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas.

A análise de dados reflete sobre o desenvolvimento de surdos na Educação Especial e Inclusiva, em uma escola municipal. O estudo reconhece que a inclusão eficaz de discentes especiais depende de práticas pedagógicas que valorizem a comunicação em Línguas de Sinais, promovendo o protagonismo dos surdos em ambientes educacionais. A pesquisa também aborda a importância do apoio de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais, que facilitam a acessibilidade e a interação social entre surdos e ouvintes.

A pesquisa documental da política de inclusão permite explorar questões relacionadas à educação especial e inclusiva nas práticas pedagógicas voltadas para comunidades surdas. Esses momentos são cruciais para abordar as questões dos professores na condução de uma educação inclusiva, focando na comunicação visual e na adaptação dos conteúdos pedagógicos.

A pesquisa documental “É uma coleta de dados em fontes escritas, iconografadas ou filmadas de temas, acontecimentos, comportamentos, conceitos, conhecimentos, práticas” (CELLARD, 2010, p. 295). Portanto, não é só escrita ou realizada em arquivos em instituições do tipo “arquivo público”.

Os estudos de pesquisa sobre o desenvolvimento da inclusão social destacam a importância dos materiais e instrumentos de coleta de dados, especialmente no contexto da educação inclusiva. A utilização de instrumentos básicos, como questionários é essencial para observar e entender a inclusão de surdos em ambientes educacionais. A observação ética é fundamental,

particularmente em salas de aula especiais onde a interação entre pessoas surdas e professores é mediada pela Libras.

Os estudos destacam ainda a importância de compreender as expressões faciais e corporais de pessoas surdas, valorizando suas identidades culturais e linguísticas. A análise de dados e a coleta de informações são direcionadas para entender as práticas pedagógicas que melhor atendem às necessidades de pessoas surdas, considerando suas especificidades e contribuindo para a construção de uma educação inclusiva e equitativa.

A investigação da inclusão de surdos em contextos educacionais deve considerar as diferenças linguísticas e culturais, bem como as consequências das práticas pedagógicas nos processos de ensino e aprendizagem. A análise das experiências de pessoas surdas, junto com as práticas educativas, revela as nuances da inclusão no campo social e educacional, promovendo um entendimento mais profundo das necessidades e potencialidades desse grupo, e orientando as práticas de ensino nas escolas brasileiras.

Segundo Xavier (2023), os diálogos sobre educação inclusiva são de extrema importância, refletindo uma perspectiva constante e necessária nos estudos e pesquisas realizadas por professores, pessoas surdas adultos, bem como pesquisadores. A inclusão de pessoas com deficiência (PcD) deve ser abordada tanto nas escolas quanto nas universidades estaduais, abrangendo instituições públicas e privadas.

A prática de pesquisa em sala de aula serve como referencial para a inclusão de alunos com deficiência, destacando a realização de competências com equidade e inclusão. A promoção de comportamentos igualitários e o respeito aos direitos humanos, especialmente no uso das Línguas de Sinais, são fundamentais para a comunicação e o desenvolvimento humano dos adultos com deficiência.

A análise de documental sobre a política pública de inclusão para surdos, destaca-se como um componente essencial na educação profissional e na articulação entre teoria e prática educacional. Este processo envolve a análise de dois principais documentos: dois documentos principais analisados: 1) Plano Municipal de Educação (PME), que foi aprovado pela Lei Municipal Municipal nº 2164, de 23 de junho de 2015, disponível no site <https://barcarena.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/plano-municipal-de-educacao-e-lei-2164-2015-1.pdf>. Acesso em: 22.01.2025.; e 2) os questionários com a respostas de dois participantes

da pesquisa – a vice-diretora, prof. Santana Maria; e o coordenador pedagógico do Edvaldo Ferreira, com o objetivo de investigar o ensino e a aprendizagem da Libras.

3.6 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os (as) participantes da pesquisa da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia, que responderam ao questionário, foram dois:

a) a vice-diretora, prof. Santana Maria. Ela possui Graduação de Matemática, e um curso de Pós-Graduação - Especialização; e

b) o coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira. Ele possui Graduação em Sociologia e um curso de Pós-Graduação - Especialização.

Este texto representa o contexto educacional na Amazônia Paraense, destacando a participação de gestores escolares: diretor, vice-diretora orientadora pedagógica e coordenador pedagógicos na avaliação e implementação de políticas públicas de inclusão.

3.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O primeiro procedimento foi pedir a autorização para realizar a pesquisa. Para isso fui até a escola, com o projeto e apresentei o mesmo para o diretor. O mesmo autorizou a realização da pesquisa com dois participantes: a vice-diretora, prof. Santana Maria e o Coordenador pedagógico, prof. Evaldo Ferreira

O segundo procedimento foi enviar o questionário para os(as) participantes. O mesmo consta de três perguntas: 1) existe uma legislação que ampara a educação da pessoa surda. Como escola tem aplicado essa legislação?; 2) que benefícios os surdos de Barcarena-Pa conseguem com essas ações?; e 3) quais políticas faltam para os surdos de Barcarena-Pa?

O terceiro, recebi de volta o questionário;

O quarto, analisei com base nas categorias de avanços e desafios

O quinto, escrevi o relatório de pesquisa.

Esta investigação foca nas contribuições da educação especial, nas teorias sociais e na abordagem ética do processo de aprendizagem, utilizando técnicas específicas para mapear a educação inclusiva de pessoas surdas e o uso das Línguas de Sinais como principal ferramenta de comunicação. Além disso, a

pesquisa busca compreender como as políticas públicas inclusivas são implementadas e avaliadas por gestores da educação.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo desta seção é apresentar a análise documental realizada no 1) Plano Municipal de Educação (PME), e 2) nos dois questionários com a respostas de dois participantes da pesquisa – a vice-diretora, prof. Santana Maria; e o coordenador pedagógico do Edvaldo Ferreira, gestores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia. Para isso organizei os dados a partir das três questões: 1) existe uma legislação que ampara a educação da pessoa surda. Como escola tem aplicado essa legislação?; 2) que benefícios os surdos de Barcarena-Pa conseguem com essas ações?; e 3) quais políticas faltam para os surdos de Barcarena-Pa?

Inicio com a apresentação do Plano Municipal de Educação, centrando nos discursos sobre educação especial e educação de surdos para em seguir ouvir a voz dos gestores da Escola.

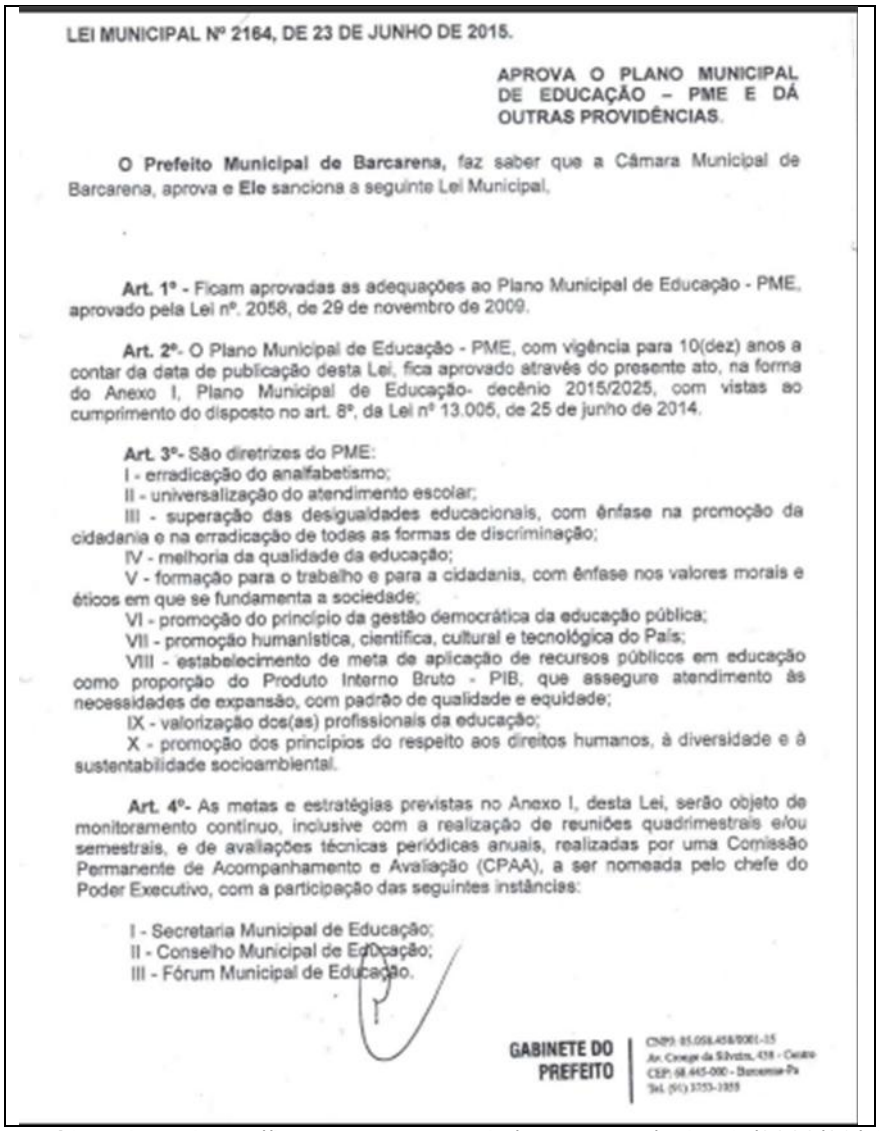
4.1 ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA-PA

O Plano Municipal foi aprovado pela Lei Municipal nº 2164, de 23 de Junho de 2015, que tem vigência de 10 anos, ou seja de 2015 a 2025.

Assinam O PME o Prefeito da época Antônio Carlos Vilaça, que exerceu a Prefeitura Municiapla de 2012 a 2020. Seu primeiro mandado ocorreu em 2012 até 2015, e seu segundo mandato a partir de 2016, tendo falecido em 2019, não completando o mandato que encerraria em 2020, e a Secretária Municipal de Educação, Cultura & Desenvolvimento Social Ivana Ramos do Nascimento.

A seguir, na Figura 3, o *fac-símile* da primeira página desta Lei.

Figura 3: *fac-símile* da primeira página do Plano Municipal de Educação de Barcarena-PA



LEI MUNICIPAL Nº 2164, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Barcarena, faz saber que a Câmara Municipal de Barcarena, aprova e **Ele** sanciona a seguinte Lei Municipal.

Art. 1º - Ficam aprovadas as adequações ao Plano Municipal de Educação - PME, aprovado pela Lei nº. 2058, de 29 de novembro de 2009.

Art. 2º- O Plano Municipal de Educação - PME, com vigência para 10(dez) anos a contar da data de publicação desta Lei, fica aprovado através do presente ato, na forma do Anexo I, Plano Municipal de Educação- decênio 2015/2025, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 3º- São diretrizes do PME:
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV - melhoria da qualidade da educação;
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º- As metas e estratégias previstas no Anexo I, desta Lei, serão objeto de monitoramento contínuo, inclusive com a realização de reuniões quadrimestrais e/ou semestrais, e de avaliações técnicas periódicas anuais, realizadas por uma Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação (CPAA), a ser nomeada pelo chefe do Poder Executivo, com a participação das seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;
II - Conselho Municipal de Educação;
III - Fórum Municipal de Educação.

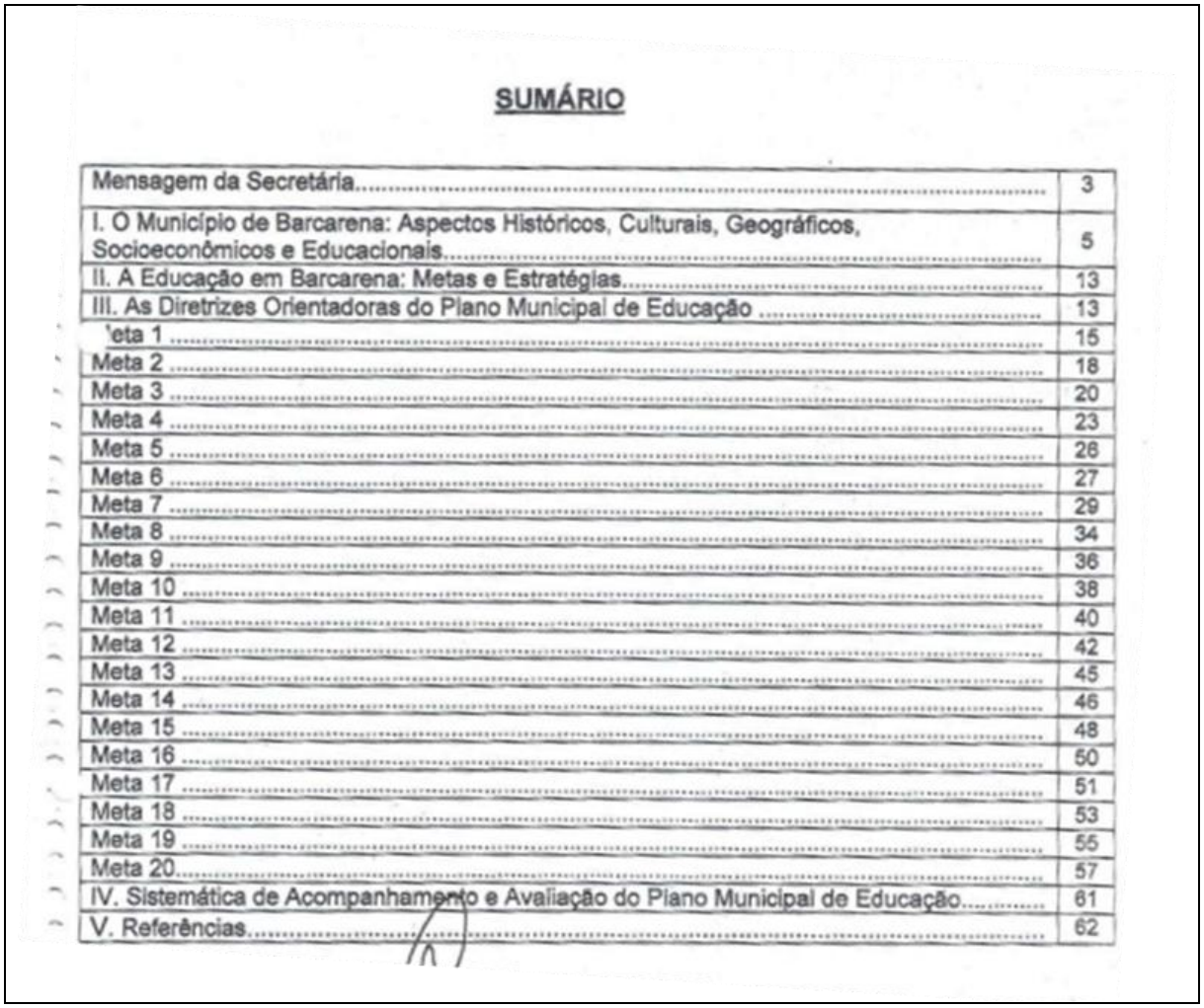
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 05.058.458/0001-15
Av. Coronel da Silveira, 458 - Centro
CEP: 68.445-000 - Barcarena-Pa
Tel. (91) 3753-1355

Fonte: extraído de <https://barcarena.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/plano-municipal-de-educacao-e-lei-2164-2015-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 22.01.2025.

A seguir, na figura 4, apresento o *fac-símile* do sumário do PME de Barcarena.

Figura 4: *fac-símile* do sumario do Plano Municipal de Educação de Barcarena-PA



SUMÁRIO

Mensagem da Secretária	3
I. O Município de Barcarena: Aspectos Históricos, Culturais, Geográficos, Socioeconômicos e Educacionais	5
II. A Educação em Barcarena: Metas e Estratégias	13
III. As Diretrizes Orientadoras do Plano Municipal de Educação	13
'eta 1	15
Meta 2	18
Meta 3	20
Meta 4	23
Meta 5	26
Meta 6	27
Meta 7	29
Meta 8	34
Meta 9	36
Meta 10	38
Meta 11	40
Meta 12	42
Meta 13	45
Meta 14	46
Meta 15	48
Meta 16	50
Meta 17	51
Meta 18	53
Meta 19	55
Meta 20	57
IV. Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação	61
V. Referências	62

Fonte: extraído de <https://barcarena.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/plano-municipal-de-educacao-e-lei-2164-2015-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 22.01.2025.

O PME da Prefeitura de Barcarena apresenta 60 páginas, incluindo a Lei de aprovação na câmara dos vereadores. O plano está organizado da seguinte maneira:

1) A Lei Municipal nº 2164, de 23 DE junho de 2015 que institui o plano;

2) A folha de rosto com as instituições que ajudaram na construção do Plano.

3) O sumário do Plano.

4) A mensagem da Secretária de Educação do Município.

5) Apresentação dos aspectos históricos, culturais, geográficos, socioeconômicos e educacionais do município.

6) As diretrizes orientadoras do PME.

7) As 20 metas do Plano com as respectivas estratégias.

8) A sistemática de acompanhamento e avaliação do PME.

9) As referências.

Não vamos nos deter em todos esses itens. Apenas nos que interessam de avanços e desafios concernentes à educação especial e a educação de surdos.

Nesse plano decenal (2015-2025) consta as diretrizes e metas da Secretaria municipal da educação. São 10 diretrizes que tratam do analfabetismo, da **universalização do atendimento escolar**, da superação das desigualdades, da melhoria da qualidade, da formação para o trabalho, dos princípios da gestão democrática, da aplicação de recursos, da valorização dos profissionais da educação e dos princípios do respeito aos direitos humanos.

Nos termos postos:

> Art. 3º- São diretrizes do PME:
> | - erradicação do analfabetismo,
> || - universalização do atendimento escolar;
> II - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> IV - melhoria da qualidade da educação;
> V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
> VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
> VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
> VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Intemo Bruto - PIB, que assegure atendimento as necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
> IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
> X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 30).

Esses princípios repetem na integra os postos no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e são desafios para a educação pública de qualidade.

Vou citar brevemente as 20 metas, para em seguida centrar na meta que diz respeito a educação especial e a educação de surdos.

As metas são as seguintes: 1) universalização da educação infantil; 2) universalizar o ensino fundamental de nove anos; 3) universalização o ensino médio (15 a 17 anos); 4) universalizar o atendimento da educação especializada (4 a 17 anos); 5) alfabetizar crianças até o final do terceiro ano; 6) oferecer educação em

tempo integral em 40% das escolas públicas; 7) fomentar a qualidade da educação básica; 8) elevar a escolaridade da população do campo de 18 a 29 anos; 9) elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96,0%; 10) elevar a matricula na EJA; 11) triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio; 12) elevar em 50% a matrícula na educação superior; 13) elevar a qualidade da educação superior; 14) elevar a matrícula na pós-graduação; 15) implementar uma política de formação dos (as) profissionais da educação; 16) ofertar cursos de pós-graduação para 50% dos professores da educação básica; 17) valorizar os (as) profissionais do magistério; 18) assegurar a discussão Plano de Carreira para os profissionais da educação; 19) efetivação da gestão democrática da educação; 20) ampliar o investimento público em educação pública.

Um dos termos mais repetidos é o da universalização, como desafio para educação. Significa que vai garantir que todas as pessoas sejam atendidas, esse "todas" implica não distinção de classe, gênero, raça, etnia, deficiência ou outra característica.

Como disse, nos interessa a meta 4 que tem a seguinte formulação:

> **META 4**: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com à garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 19).

São 20 estratégia para alcançar essa meta de universalização da educação especial e inclusiva para discentes de 4 a 17 anos. Vou citar brevemente cada uma delas: 1) contabilizar os(as) estudantes da educação especial para fins de repasse do FUNDEB sem prejuizo no compto da matricula na educação básica regular; 2) promover a universalização do atendimento de crianças de 0 a 3 anos; 3) impantar as sala de recusrsos multifuncionais; 4) garantir o atendimento nas salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados; 5) adequar ou implantar centros multifuncionais de apoio e pesquisa; 6) manter ou ampliar programas em instituições públicas; 7) garantir educação bilingue aos surdos; 8) garatir educação inclusiva; 9) fortalecer o acesso e o acompanhamento; 10) Fomentar pesquisas sobre metodologias de ensino; 11) apoiar pesquisas interdisciplinares; 12) realizar articulação intersetorial de órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e

direitos humanos; 13) ampliar equipes de profissionais para o atendimento; 14) definir indicadores de qualidade e polítics de avliação; 15) realização de pesquisas demográficas; 16) discutir a inclusão; 17) estabelecer parcerias; 18) produzir materiais didáticos; 19) promover a participação da família; e 20) ampliar o acesso à educação infantil.

Passo a identificar os avanços e os desafios, conforme os posicionamentos postos no documento oficial da Prefeitura de Barcarena.

Os avanços já conquistados, conforme o documento, são que:

> Observando os dados quantitativos apresentados no gráfico abaixo, observa-se que o atendimento de pessoas com 4 a 17 anos com deficiência no município de Barcarena é bastante significativo, estando inclusive **acima da média do estado do Pará, da Região Norte e da média nacional** (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 20, ênfase adicionada).

Não há esse gráfico demonstrando que o atendimento é maior que a média.

O central é que o Municipio de Barcarena tem o desafio de atender toda a populaçao de 5 a 17 nas escola de sua região, com destaque para as pessas surdas na estratégia 4.7:

> 4.7) buscar condições para garantir, a partir do 3º ano de vigência deste PME, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Poruguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngue e em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, nos termos e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos (Prefeitura de Barcarena, 2015, p. 21).

Assim, o Plano Municipal de Educação (PME) passou a refletir sobre a educação das pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, com o suporte de recursos multifuncionais. Essas condições são promovidas para assegurar o cumprimento dos direitos humanos, em articulação com o poder público, exigindo apoio pedagógico complementar e suplementar para a formação humana dos estudantes.

Trata-se, nesse contexto, de garantir a participação ativa dos (as) discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação nas salas de aula, assegurando o desenvolvimento do ensino de forma mais efetiva nas escolas públicas.

A presença das pessoas surdas com deficiência demanda informações atualizadas sobre os (as) discentes matriculados, tanto nas redes municipais quanto estaduais.

As escolas devem manter suas estruturas e setores responsáveis pela Educação Inclusiva, a fim de quantificar corretamente o número de discentes matriculados, garantindo o repasse adequado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).Destaco, portanto, a política pública estabelecida no âmbito do FUNDEB, sob a gestão das redes públicas municipais, conforme determina a legislação federal, que prevê a identificação das necessidades educacionais especiais por meio de avaliação pedagógica, realizada pela equipe escolar, com a participação da família, conforme determina o PME.

Essa mudança assegurou aos(às) discentes matriculados(as) o acesso à educação básica, cabendo aos professores, em uma perspectiva humana, o acompanhamento e a garantia de acessibilidade, com o apoio de guias-intérpretes de Libras e projetos escolares que contemplem o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Também, no plano, são garantidos profissionais de apoio para professores, auxiliares, coordenadores, diretores e gestores escolares, em benefício do ensino e aprendizagem de pessoas surdas. Essa rede envolve também as famílias dos (as) discentes da rede pública municipal, promovendo princípios e práticas inclusivas, articuladas à rede regular de ensino e às Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses espaços constituem suporte às políticas públicas voltadas à educação básica e aos serviços de apoio especializados, fundamentados no direito humano à educação, com parcerias firmadas com o poder público.

No quadro 1, a seguir pretendo sumarizar os avanços e desafios postos na meta 4 do PME da Prefeitura de Barcarena para o período de 2015 a 2025:

Quadro 1: sumarização das Metas da universalização da educação especial em Barcarena

METAS	
O municipio já atende acima da média regional e nacional	1) contabilizar para o repasse do FUNDEB; 2) universalizar o atendimento; 3) implantar Salas de Recurso Multifuncionais; 4) implantar centros multifuncionais; 5) ampliar programas; 6) educação bilingue; 7) acesso e acompanhamento; 8) fomentar pesquisas; 9) articulação intersetorial 10) ampliação de profissionais; 11) definir idicadores de qualidade e avaliação; 12) participaçao da família; 13) ampliação da educação infantil

Fonte: elaboração própria a partir da resenha do PME de Barcarena-PA

Como se pode observar, não está posto no PME de Barrena detalhamentos como:

a) o **reconhecimento da língua de sinais** como parte de direitos o reconhecimento legal do Estado Brasileiro para a língua de ensino da pessoa surda como previsto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – a Lei da acessibilidade –; e na lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – a Lei da Libras.

b) a **implantação de escolas bilíngues** em que a Libras precisa ser a primeira língua (L1) de instrução, e a língua portuguesa ensinada como segunda língua (L2) na modalidade escrita.

c) a **contratação de intérpretes** para a acessibilidade da comunidades surda, nas escolas municipais e estaduais e na rede a apoio.

d) a **aceitação da escrita do surdo**, uma vez que a tendecia é transposição da língua de sinais para o portugues,ocasionando uma especie de interlíngua na forma de escrever do surdo.

e) o **AEE em Libras nas salas de recursos** em turnos opostos, com profissionais surdos e intérpretes de Libras, ou seja uma pessoa surda atuando junto com uma pessoa uvinte para dar apoio aos (às) surdos (as) proporcionand uma educação de qualidade.

f) a **participação da comunidade surda nas decisões** garantindo a igualdade em acesso dos (as) surdos (as) no poder público, garantia de cidadania humana.

g) a **formação de professores a partir da realidade local** com a sugestão que seja continuada, que ocorra na escola com o autoconhecimento dos (as) estudantes surdos (as) sendo considerados nas relações de espaço e tempo de

aprendizagens e praticas de uso e ensino da Libras na escola.

4.2 RESPOSTA DOS (AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA

A sistematização e análise dos dados foram conduzidas a partir do desenvolvimento da pesquisa de campo, com a participação de professores, sujeitos ouvintes, focando na linguagem corporal e na interação social de discentes surdos adultos no contexto cultural. As “Mesas de Professores” e os debates em sala de aula são fundamentais para abordar as diferenças culturais e as práticas educativas, promovendo o reconhecimento da importância da inclusão de surdos com deficiência no ambiente escolar. A prática educativa visa não apenas o ensino de conteúdos, mas também o respeito e a empatia, contribuindo para o reconhecimento científico e social nas escolas municipais e estaduais.

A análise envolveu uma pesquisa documental da política de inclusão, destacando o protagonismo dos (as) discentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A coleta de dados de documentos escritos – a legislação – e orais que incluiu a transcrição de esntrevistas, focando nas realidades e desafios da inclusão no ensino e na aprendizagem de discentes surdos, com ênfase na comunicação visual em Libras.

O estudo identificou a necessidade de uma educação inclusiva que transcenda a sala de aula, estendendo-se às comunidades escolares e familiares no município de Barcarena-PA. As análises apontam que a inclusão efetiva depende de uma abordagem colaborativa que envolva a gestão escolar, professores, coordenadores e a família, respeitando a singularidade de cada aluno. Essa abordagem destaca a importância do desenvolvimento continuado de professores, orientados para a inclusão e equidade, e do uso de métodos teóricos e práticos que promovam a integração dos (as) discentes surdos na escola e na sociedade (Oliveira e Mota Neto, 2011).

Para implementar uma proposta prática na sala de aula visual, é essencial focar na interação entre os participantes, incluindo discentes surdos e ouvintes, dentro de um planejamento pedagógico que valorize a inclusão. As atividades devem ser fundamentadas em teorias que promovam a inclusão de surdos, respeitando as particularidades e orientações dos professores no acompanhamento dos (as) discentes, observando os comportamentos e as práticas éticas necessárias

para essa organização.

Essa abordagem deve enfatizar a igualdade entre surdos e ouvintes, alinhando-se às políticas de educação especial que respeitam as especificidades de cada aluno no contexto da escola e do centro de educação especial. A prática pedagógica incluir o uso adequado de equipamentos de apoio e envolver categorias essenciais, como a escola, direção, coordenação, portaria, professores, discentes e formadores/supervisores.

A pesquisa documental da política de inclusão contribuiu significativamente para as interações e a construção da inclusão para discentes surdos, fortalecendo o conhecimento sobre direitos e metodologias de ensino. Essa abordagem se alinha à teoria do sujeito, focando no aluno e ampliando o entendimento sobre a aprendizagem e a “Educação Inclusiva” para adultos surdos, especialmente em contextos que envolvem funcionários públicos e cidadãos na cidade.

Nas escolas das redes municipais e estaduais, sejam elas públicas ou particulares, as atividades práticas pedagógicas têm se mostrado fundamentais para a inclusão de discentes surdos. Essas práticas não apenas promovem a construção de conhecimentos, mas também garantem a recepção de informações relevantes sobre o respeito e a inclusão, criando um campo propício para a comunicação em Língua de Sinais e o desenvolvimento de novas teorias educacionais voltadas para adultos de discentes surdos. Conforme destaca Vigotski (2001), a interação social é um elemento crucial no processo educativo, facilitando a mediação entre os conhecimentos prévios e novos, e fortalecendo as práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.

Em relação à pergunta 1: existe uma legislação que ampara a educação da pessoa surda. Como escola tem aplicado essa legislação?

Diante do questionário estruturado para fazer a catalogação de dados, os agentes que participaram da pesquisa se expressaram da seguinte maneira, quanto à pergunta 1, a Vice-Diretora prof. Santana Maria, se pronunciou da seguinte maneira:

> **Questionário**: existe uma legislação que ampara a educação da pessoa surda. Como escola tem aplicado essa legislação?
> **Resposta da Vice-Diretora prof. Santana Maria**: Sim, no fazer pedagógico por meio de: Salas de Recursos Multifuncionais com tecnologia assistiva e pelo Projetos de Inclusão para conscientização e inclusão social. Essas práticas garantem um ambiente de aprendizado acessível e inclusivo.

> Os Surdos em Barcarena-Pa têm acesso a diversos benefícios e serviços que melhoraram sua qualidade de vida, como: Passe Livre: benefícios de transporte público, como passe livre federal, estadual e municipal. Meia Entrada: Descontos em eventos culturais, esportivos e de lazer. Cotas em Concursos Públicos: Espaços reservados em processos seletivos públicos. Aposentadoria Especial: Direito a aposentadoria por idade ou invalidez com menos tempo de contribuição. Serviços Sócio Assistenciais: Atendimento em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros programas de apoio. Educação Bilíngue: Criação de Escolas Bilíngues (Libras e Português) para garantir uma educação inclusiva desde a infância. Capacitação de Professores: Programa de formação contínua para professores em Libras e práticas pedagógicas inclusivas. Apoio à Reabilitação Auditiva: Aumento de centros de reabilitação auditiva e disponibilização de aparelhos auditivos e implantes cocleares. Infraestrutura Acessível: Melhoria da infraestrutura urbana, como faixas de pedestres com avisos em Libras e sinalização visual adequada. Emprego e inclusão social: Programas de inclusão no mercado de trabalho e incentivos para empresas que contratem pessoas surdas. (Vice-diretora, prof. Santana Maria).

A vice-diretora de maneira positiva abordou os recursos que a escola oferece para garantir a educação das pessoas surdas, bem como práticas para promover a acessibilidade e a inclusão. O Plano Municipal de Educação (PME) de Barcarena-Pa resguarda essa educação, a legislação vigente aborda posturas que são relevantes para o processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência, na meta 5.4 do plano lê-se que as escolas precisam:

> Implementar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade, garantindo formação continuada adequada, a partir do final do 2º ano de vigência deste (PME).

Essa adequação é relevante para favorecer a educação que alcance as necessidades das pessoas com deficiência, por isso, a direção da escola necessita com constância supervisionar os andamentos educacionais da instituição para promover e adaptar seu Projeto Político Pedagógico às exigências legais, para que o surdo seja amparado na sua escolaridade e consiga galgar avanços no ensino. Os surdos necessitam de práticas pedagógicas que contemplem seu processo de retenção de conhecimento, por conta de seu canal principal de aprendizado ser por meio da visão dos direitos humanos, práticas de ensino que favoreçam o visual são impreteríveis para que ele consiga avançar níveis de escolarização. A escola também deve se comprometer com a formação de seus docentes, permitir e criar momentos de aprendizado para os professores, eles precisam aprender como

adequar sua metodologia, então, promover essa qualificação para eles contribuirá para esse desenvolvimento de estratégias e ambiente favorável para o ensino-aprendizagem dos (as) discentes surdos.

O Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira Quanto se posicionou quanto a pergunta 1:

> o Município de Barcarena–Pa trabalha baseada nas seguintes legislações: Constituição Federal de 1998, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – a Lei (**nº 10.436/2002)**, Decreto (**nº 5.626/2005)** o Plano Nacional de Educação (PNE) – a Lei (**nº 13.005/2014)**. Essas leis e decretos contribuem para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo, com base nas leis e escola desenvolvendo com os alunos com surdez, O Projeto Libras "No Contexto da Adversidade para Surdos" reflete esse compromisso e com os direitos linguísticos educacionais para comunidade surda da escola com a inclusão de estudantes surdos, ao buscar a implementação do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e uma adaptação do ambiente educacional para as necessidades desses alunos. (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira).

Os agentes educacionais disseram que a escola emprega a legislação quanto ao tratamento das pessoas com deficiência, as leis atuais que amparam a educação inclusiva são implantadas nas ações da escola. O coordenador e a professora comentaram que na escola há um "Projeto de Libras no Contexto da Diversidade do Surdo", essa proposta incentiva e divulga a Libras na escola.

A Libras é a língua da pessoa surda conforme a Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002) no artigo 1º estabelece que a Libras é "reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados"; e no seu parágrafo único diz que é "[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil" (Brasil 2002, p. 1).

Diversos autores apontam a importância das Línguas de Sinais, tanto no cenário nacional quanto no internacional, para a efetivação da inclusão educacional. As Línguas de Sinais são fundamentais para o desenvolvimento humano dos indivíduos, sendo essa consideração um ponto central desta pesquisa, que se baseia em um levantamento de documentos da política de inclusão no município de Barcarena.

A inclusão de surdos no contexto escolar, especialmente no que diz respeito ao conhecimento e uso das Línguas de Sinais, reflete uma nova realidade para alunos com necessidades especiais na escola brasileira. A inclusão desses alunos, fundamentada em princípios contemporâneos, apresenta desafios importantes para a Educação Básica. O desenvolvimento da inclusão abrange tanto as escolas municipais quanto estaduais, e é crucial para garantir atender as necessidades de pessoas com deficiência (PcD), incluindo adultos.

As considerações de diversos autores ressaltam a importância do papel dos professores e a necessidade de uma orientação adequada, refletida em estudos e levantamentos de documentos da política de inclusão no município de Barcarena que abordem a educação de surdos. O desenvolvimento humano de alunos com deficiência requer uma abordagem ética, com ênfase na Educação Especial e Inclusiva. A utilização de Línguas de Sinais é fundamental para garantir o reconhecimento dos direitos humanos e promover a aprendizagem inclusiva e equitativa. As metodologias de ensino baseadas em Línguas de Sinais permitem que os surdos e adultos com deficiência participem plenamente do ambiente educacional, respeitando a diversidade e as diferenças de gênero e identidade, assegurando uma vivência social igualitária e justa.

Para objetivar a prática pedagógica no ensino e na aprendizagem de pessoas surdas, é essencial estimular a inclusão desses estudantes nas escolas da rede de ensino, garantindo seu sucesso educacional. A utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é fundamental para promover uma aprendizagem eficaz em salas de aula inclusivas, onde os conteúdos básicos são adaptados para atender as necessidades específicas de pessoas surdas, tanto no nível formal quanto no contexto da educação de adultos.

A abordagem pedagógica focar na melhoria do aprendizado do Português para surdos brasileiros, enfatizando o desenvolvimento da leitura e escrita, e atendendo às necessidades das pessoas com deficiência dentro da comunidade surda. A educação inclusiva requer uma epistemologia que valorize o uso de Libras como método de ensino de qualidade, capacitando professores para trabalharem de maneira dinâmica e adaptada às experiências e necessidades das pessoas surdas.

Além disso, a didática deve ser orientada por princípios que reconheçam a importância do movimento social na promoção da inclusão, com planejamentos voltados para o crescimento e desenvolvimento de pessoas surdas nas escolas

municipais e estaduais. Esse enfoque proporciona aos professores uma oportunidade especial de visualizar e implementar práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e o sucesso educacional de pessoas surdas, respeitando a diversidade cultural e social da comunidade surda.ístico de transmissão de ideias e fatos [...]" (Brasil, 2002). Assim, valorizar esta língua no ambiente escolar contribui para a formação do ser surdo, este se reconhece como agente pertencente a este espaço, que pode acompanhar o andamento das ações escolares e é incluído no ambiente educacional de maneira efetiva.

A Lei Brasileira de Inclusão no artigo 1º com a finalidade de assegurar e promover em condições de igualdade de direitos visando liberdades fundamentais e inclusão social e cidadania, para que o surdo possa ter acesso à educação inclusiva. (Brasil, 2015) Assim, ponderar sobre esses processos e abordagens específicas inclusivas auxiliam a resguardar os direitos do surdo bem como sua liberdade de se expressar em seu idioma, ter um ensino de qualidade, com recursos e técnicas educacionais adequados para ele, com o intuito de assegurar a aprendizagem, a sua educação, a interação do mesmo nos vários ambientes escolares, e ademais, promover um estado de consciência nos profissionais que lidam com a educação, a fim de promoverem respeito e auxiliarem os surdos a construírem sua cidadania e estimularem também diálogos permanentes sobre a educação dos surdos.

Os benefícios sociais são importantes para garantir a pessoa surda acesso a bens e serviços, tais benefícios também necessitam perpassar pela esfera educacional, os surdos podem ter acesso ao conteúdo de maneira apropriada por adapta-los a sua realidade, os vários ambientes da escola também precisam ser acessíveis a esse aluno surdo, ele precisa se sentir à vontade para frequentar outros ambientes de sua escola e que esses ambientes tenham a devida acessibilidade para que ele transite por esses espaços de maneira confortável.

O Coordenador pedagógico Evaldo Ferreira verbalizou as práticas que escola oferece para que esse aluno tenha reais benefícios no transcorrer de sua estada na escola, eles disseram:

> **Questionário**: que benefícios os surdos de Barcarena-Pa conseguem com essas ações??
> **Resposta da Coordenador pedagógico Evaldo Ferreira**: Os projetos de inclusão para surdos em Barcarena-PA, oferecem diversos benefícios significantivos para os pessoas surdas, alinhados com a legislação vigente e as práticas de inclusão. A criação de um ambiente educacional mais

> acessível e inclusivo traz impactos positivos para o desenvolvimento acadêmico e social esses estudantes (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira).

A criação de um ambiente educacional que atenda às necessidades especifica dos (as) discentes é imprescindível para que o mesmo viva de maneira mais completa seu processo de escolarização...

No entanto, no projeto e ações da escola, o interprete de língua de sinais não é existente, o Decreto nº 5.626/2005[1], no **Capítulo V**, no seu parágrafo único diz que as instituições tanto privadas como públicas dos sistemas de ensino da esfera federal, estadual, municipal e do Distrito Federal "*buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação*" (Brasil, 2005). Uma das medidas para garantir a pronta comunicação do sujeito surdo com os demais componentes da escola é o interprete de Libras, que infelizmente é uma figura ausente na "Escola Santa Sofia", no **Capítulo V** ainda, nos incisos II e III o decreto reza as seguintes orientações, "*nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas*" *e*; "*no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino*".

O Decreto nº 5.626/05[2] no **Capitulo VI**, parágrafo 1º salienta a educação bilíngue para a pessoa surda, o texto do Decreto diz que nos incisos I e II, *"*escolas e classes de educação bilíngue, abertas a discentes surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental" e "escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional [...]", ainda acrescente que para a realização dessa educação bilíngue deve ser acrescida de "[...] docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa" (Brasil, 2005).

---

[1] a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

[2] Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Assegurar a formação do surdo por meio desse viés, fará com que o mesmo desenvolva habilidades, competências linguísticas, socialização com os demais agentes comprometidos com sua escolarização, por conseguinte, criar um senso crítico e um agir posicionado diante da sociedade, o diretor da Escola Municipal Santa Sofia, reconhece o valor de se implantar essa educação para que o surdo seja contemplado em seu idioma, que ela possa receber instrução escolar com a educação que seja bilíngue, porém, ações precisam ser tomadas para efetivar essa perspectiva educacional, para que o surdo tenha esse acesso aos conteúdos escolares de maneira significativa, que ele posso compreender e reter os assuntos do âmbito estudantil.

Entende-se que a Política Nacional de Educação Especial teve como intuito valorizar os processos inclusivos dos (as) discentes sob sua responsabilidade, em cumprimento da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania que são pautados no reconhecimento das diferenças e participação social, para que isso “se realize é impreterível uma reorganização estrutural e cultural dos sistemas de ensino vigentes para que esses se tornem inclusivos e que garantam o atendimento as especificidades dos alunos surdos”. (Lodi, 2013, p. 52). Assegurar políticas linguísticas que garantem a valorização do surdo para que o mesmo possa usar seu idioma e aprender por meio desta língua os conteúdos é um fator de soma que permitira ao surdo maior acesso ao universo escolar.

Assim, Lodi (2013) comenta que esses ambientes previstos para a escolarização dos surdos podem ser organizados com a finalidade da Libras ser a língua de interlocução entre os professores e os (as) discentes, que esse idioma seja o de instrução o principal responsável por mediar os processos escolares dos surdos, para que a relação imediata desses agentes seja permeada por meio da comunicação em Libras, que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo para o aluno surdo. (Lodi, 2013, p. 54). Favorecer essa visão de ensino proporciona um novo olhar sobre o sistema de ensino, um pensar frente as barreiras linguísticas, culturais que os surdos enfrentam, tornar acessível de acordo com as singularidades dos mesmos, torna a inclusão deste aluno um fator relevante para seu desenvolvimento.

Assim, o coordenador da escola Evaldo Ferreira comentou a acerca das políticas que podem ser implementadas no município de Barcarena, ele disse que:

> **Questionário**: existe uma legislação que ampara a educação da pessoa surda. Como escola tem aplicado essa legislação?
> **Resposta da Coordenador pedagógico Evaldo Ferreira**: A importante do Plano Municipal de Educação (PME): Como você mencionou, é fundamental que Barcarena-Pa, assim como outros municípios, desenvolva e implemente planos municipais de educação que garantam uma educação inclusiva. A criação de políticas públicas que favoreçam a formação de professores, a adaptação de conteúdos e a construção de uma infraestrutura acessível é essencial para que essas iniciativas sejam bem-sucedidas. As leis que garantem os direitos de pessoas surdas e de pessoas com deficiência devem ser rigorosamente seguidas, mas a implementação prática dessas leis no cotidiano escolar é o que realmente vai transformar a realidade desses alunos.
> Capacitação aos professores da rede para a educação inclusiva, proporcionando treinamentos específicos em LIBRAS e em metodologias de ensino que atendam alunos com surdez ou deficiência auditiva.
> Fazemos parcerias com Associação de Surdos ou com entidades de apoio à inclusão, para proporcionar eventos culturais, palestras e atividades educacionais que promovam a troca de conhecimento sobre a cultura surda.

O coordenador da escola comentou a relevância de levar em conta o PME, de Barcarena, a fim de organizar meios para atender os surdos, bem como a formação dos docentes para que consigam desenvolver a relação de ensino-aprendizagem com o aluno surdo de acordo com suas necessidades especificas. Ainda Lodi (2013) diz que “[..] aceitar a diferença e valorizá-la como constitutiva do humano determina um novo olhar para a diversidade, para o eu (ouvinte/surdo) e para o outro (surdo/ouvinte) [...]” (Lodi, 2013, p. 61). Refletir sobre novas posturas frente a diversidade e a inclusão é imperativo para que aja uma ação para que a realidade seja mudada, para que os (as) discentes que necessitam de políticas que garantam sua educação, sua formação seu agir perante a sociedade, sejam contempladas com metodologias que alcance esses objetivos, assim, os surdos poderão usufruir uma educação de qualidade e consonante suas expectativas linguísticas, culturais, sociais e educacionais.

4.3 AVANÇOS E DESAFIOS

Os avanços e os desafios que emergem nos discursos dos dois participantes frente às questões de pesquisas, que que tratam da Lingua Brasileira de Sinais (Libras), dos ambientes bilingues do uso das duas linguas em questão da Libras e da Lingua Portuguea, os quais podem ser observados no quadro 2 a seguir:

Quadro 2: avanços das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas no município de Barcarena-PA

AVANÇOS
“Salas de Recursos Multifuncionais com tecnologia assistiva e pelo Projetos de Inclusão para conscientização e inclusão social” (Vice-diretora Profª Santana Maria)
“Passe Livre, [...] Meia Entrada [...]; Cotas em Concursos Públicos: Aposentadoria Especial: Serviços Sócio Assistenciais” (Vice-diretora Profª Santana Maria).
Diretor“Constituição Federal de 1998, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei (nº 10.436/2002), Decreto (nº 5.626/2005) o Plano Nacional de Educação (PNE) – a Lei (nº 13.005/2014). [...] O Projeto Libras “No Contexto da Adversidade para Surdos” (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira)
“A importante do Plano Municipal de Educação (PME)” (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira)

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos questionários

Os avanços estão basicamente centrados na legislação que propõesm os direitos dos (as) surdos (as). Há muita generalização nessas leis, não especificando que conquistas a comunidade surda tem em Barcarena. Não há explicitação do reconhecimento da língua de sinais na escola, da implantação de alguma escola escola bilíngue no município, da contratação de Intérpretes, da aceitação da escrita do surdo, da ocorrência do AEE em Libras em turnos opostos, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), da participação da comunidade surda nas decisões a serem tomadas – para justificar o slongan das PcD “nada sobre nós sem nós” – da formação de professores a partir da realidade local, da conscientização de todos na escola para aceitarem as pessoas surdas e de um maior investimento na educação.

O quadro 3, a seguir, sumariza os desafios, conforme a fala dos participantes.

Quadro 3: desafios das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas no município de Barcarena-PA.

DESAFIOS
“Infraestrutura Acessível: Melhoria da infraestrutura urbana, como faixas de pedestres com avisos em Libras e sinalização visual adequada. Emprego e inclusão social: Programas de inclusão no mercado de trabalho e incentivos para empresas que contratem pessoas surdas.” (Vice-diretora, Prof. Santana Maria).
“buscar a implementação do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira)
“a implementação prática dessas leis no cotidiano escolar é o que realmente vai transformar a realidade desses alunos” (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira).
“Capacitação aos professores da rede para a educação inclusiva” (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira).
“Fazemos parcerias com Associação de Surdos ou com entidades de apoio à inclusão” (Coordenador pedagógico do Evaldo Ferreira).

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos questionários

Da mesma forma que não referiram currículos e práticas pedagógicas que considerem o surdo, a língua de sinais. Parece que a legislação só trata genericamente da insclusão do surdo, do acompanhamento na sala de recurso, mas não se preocupa com a interação e a prática do professor em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, sobre a educação e as políticas brasileiras de inclusão de pessoas surdas e Pessoas com Deficiência (PcD), destaca a importância da pedagogia voltada para o reconhecimento e valorização das diferenças, especialmente, no contexto do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e aprendizado. A inclusão educacional de surdos e adultos com deficiência é um processo que envolve não apenas a implementação de metodologias adequadas, mas também o desenvolvimento contínuo de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais e linguísticas desses indivíduos.

No contexto educacional, a formação continuada de professores e intérpretes de Libras, é essencial para assegurar a acessibilidade e promover um ambiente de aprendizado inclusivo e equitativo, de forma que as práticas pedagógicas devam ser baseadas em princípios éticos que valorizem a dignidade humana, reconhecendo o direito dos surdos à educação bilíngue e à participação ativa na sociedade. A inclusão de pessoas surdas nas escolas, sejam públicas ou privadas, requer uma abordagem que integre a teoria e a prática, utilizando a comunicação em língua de sinais como um recurso fundamental para o aprendizado e a interação social.

Além disso, é crucial reconhecer a importância da identidade cultural dos surdos e a relevância interlingual entre Libras e o Português na construção do conhecimento e na prática educativa. A relação entre língua e cultura deve ser explorada para fortalecer a inclusão e garantir que os direitos humanos dos surdos sejam respeitados e promovidos. Assim, o trabalho pedagógico deve estar continuamente alinhado às necessidades específicas de pessoas surdas, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

A participação de discentes na educação especial, com foco na visualidade dos conteúdos básicos e nas diferenças linguísticas, destacam-se como fundamental para o planejamento pedagógico. A prática educativa, alicerçada em debates entre docentes e discentes, enriquece o desenvolvimento das turmas, promovendo a inclusão de surdos como sujeitos ativos no processo educacional.

O envolvimento em discussões sobre conteúdos conhecidos e novos

permitem que as interações culturais sejam valorizadas, reforçando a importância da inclusão na construção de uma educação de qualidade. A aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) torna-se uma prática educativa essencial para alcançar o objetivo gera de analisar a política pública de inclusão em uma escola pública do município de Barcarena-PA, conectando-se aos desafios e às oportunidades que surgem na implementação de políticas inclusivas nas escolas brasileiras.

Os objetivos específicos foram alcançados. São eles:

a) identificar os avanços alcançados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Sofia na rede pública do município de Barcarena-PA.

b) investigar os desafio – a partir de dois gestores – para da educação inclusiva no município, por meio da aplicação dessas políticas, considerando aspectos pedagógicos, estruturais e de formação de professores, que impactam a inclusão de pessoas surdas no contexto escolar de Barcarena-PA.

O problema de pesquisa é: quais os avanços e desafios enfrentados na implementação das políticas de educação inclusiva para pessoas surdas nas escolas do município de Barcarena-PA?

A resposta a esse problema, por parte dos gestores da escola Municipal de Ensino Fundamental “Santa Sofia” de Barcarena-PA foi que ocorrem inúmeros avanços e desafios, com destaque para:

1) o reconhecimento da língua de sinais

2) a implantação de uma escola bilíngue

3) a contratação de Intérpretes

4) a aceitação da escrita do surdo

5) a ocorrência do AEE em Libras em turnos opostos

6) a participação da comunidade surda nas decisões

7) a formação de professores a partir da realidade local.

8) os demais alunos aceitam os surdos. A conscientização de todos na escola.

9) os investimentos na escola, na educação.

A educação especial não apenas desenvolve a identidade pessoal e social de pessoas surdas, mas também enfrenta os desafios epistemológicos relacionados à diversidade cultural e individualidade dos sujeitos. A conexão entre teoria e prática,

especialmente, no contexto do município de Barcarena, possibilita uma abordagem mais rica e estimulante para a inclusão, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes surdos e adultos com deficiência. Esse enfoque reflete o compromisso com uma educação inclusiva, que respeita e valoriza as diferenças, ao mesmo tempo, que busca integrar todos os sujeitos em uma rede de aprendizado colaborativo e equitativo.

O desenvolvimento da inclusão deve ocorrer respeitando as especificidades linguísticas e culturais de pessoas surdas, valorizando a língua de sinais como elemento central para o aprendizado e a comunicação, uma vez que a prática educativa precisa ser aprimorada continuamente, com o apoio das instituições, para garantir que a subjetividade e os direitos humanos dos surdos sejam plenamente respeitados.

Além disso, esta pesquisa destaca a necessidade de uma Consciência Ética Humana que reconheça e respeite as diversidades culturais e sociais das comunidades surdas e ouvintes. A inclusão deve ser orientada por princípios de equidade, empatia e diálogo, considerando as especificidades dos surdos na educação. Essa abordagem enfatiza a comunicação, a diversidade e a liderança inclusiva como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e educacional de surdos e adultos com deficiência.

A pesquisa reforça a importância de políticas públicas inclusivas, propondo que a educação de surdos em Línguas de Sinais seja vista como um direito fundamental, contribuindo para o fortalecimento das interações sociais e para a criação de um ambiente educacional mais justo e equitativo para todos. Além disso, é essencial que a educação inclusiva seja vista como um direito humano fundamental, que assegura a seguridade e a dignidade de pessoas surdas, promovendo a formação de profissionais capacitados para lidar com os desafios inerentes a essa prática.

A questão metodológica teórica da pesquisa em bibliografias básicas na política de educação brasileira, com foco na inclusão de surdos, destaca a importância da educação na Amazônia, em um contexto social e epistemológico. O conhecimento humano e a prática inclusiva na educação são essenciais para a população da Amazônia, conforme os princípios da Pedagogia Freireana.

A pesquisa considerou os posicionamentos de gestores da escola – diretor, vice-diretora orientadora pedagógica e coordenador pedagógicos - enfatizando a

importância da inclusão de pessoas com deficiência e seu desenvolvimento por meio do aprendizado de novas línguas e culturas.

A valorização da diversidade de saberes, no uso da Libras, é fundamental para promover a inclusão dos surdos. A coleta de dados se concentra na interação entre a comunidade surda e os ouvintes, explorando as diferenças culturais e sociais dentro da sala de aula prática.

No Município de Barcarena, a inclusão de estudantes surdos se torna um espaço importante para o reconhecimento das diferenças culturais e linguísticas, e para a promoção de uma educação inclusiva – que tem como princípio a defesa de direito de todos os (as) discentes, com e sem deficiência, ambos precisam estar na mesma sala, com as mesmas oportunidades de ensino, de participação e tem como foco a acessibilidade, o respeito e a valorização da diversidade, a valorização da identidade e a participação ativa dos surdos e das surdas na sociedade.

A questão da Língua de Sinais evidencia sua estrutura independente e gramaticalmente distinta das línguas orais, refletindo diferenças significativas no aprendizado, na perspectiva inclusiva. No contexto da Educação Bilíngue, que abrange a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, essa língua se apresenta não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um componente essencial da identidade cultural dos surdos. A inclusão de pessoas surdas e adultos, juntamente com ouvintes, em um ambiente intercultural e educacional, valoriza as particularidades de cada língua e promove uma compreensão mútua.

No contexto das políticas educacionais, reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural das línguas de sinais é fundamental. A interação entre surdos e ouvintes no ambiente educacional brasileiro destacam a importância de uma abordagem inclusiva, que respeite, integre as diferentes expressões culturais e linguísticas. A valorização das línguas de sinais no Brasil e nas Américas reforçam o reconhecimento social e cultural dos surdos, contribuindo para uma educação inclusiva que respeita a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos. A teoria e a prática educacional devem, portanto, focar na promoção da interculturalidade e na valorização das línguas de sinais como parte integrante do patrimônio cultural e linguístico.

Dessa forma a Libras deve ser reconhecida e classificada como uma língua própria e independente, com sua própria estrutura gramatical, sintaxe e semântica,

distinta da Língua Portuguesa. Não se trata de um mero desdobramento ou variação da língua oral, mas sim de uma língua com características únicas que atendem às necessidades comunicativas e culturais da comunidade surda.

E mais, a valorização do espaço de aprendizado em sala de aula e as conquistas alcançadas pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) são fundamentais para o reconhecimento dos direitos da Comunidade Surda, na região Amazônica. Garantir esse reconhecimento é essencial para assegurar a inclusão educacional de surdos adultos, refletindo o esforço contínuo e a dedicação dos sujeitos comprometidos com a Educação Inclusiva. A dialética presente na compreensão das informações coletadas por meio de questionários é crucial para o desenvolvimento humano dos adultos surdos.

A inclusão de pessoas surdas é essencial para promover uma realidade educacional mais equitativa e inclusiva, alinhada às teorias e conhecimentos que fundamentam a educação inclusiva. Isso para a criação de espaços que estimulem a participação de estudantes surdos, juntamente com pessoas com deficiências (PcD), é crucial para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas que considerem questões éticas, cidadania e direitos humanos. Dessa maneira, é fundamental construir uma sociedade que valorize o respeito e a comunicação inclusiva, no contexto da Língua Brasileira de Sinais (Libras), favorecendo a aprendizagem e o conhecimento epistemológico.

A interação social e o contato humano proporcionados pela comunicação em língua de sinais são essenciais para a inclusão de surdos adultos, tanto entre surdos quanto entre surdos e ouvintes, em ambientes acadêmicos como a Universidade Estadual.

A representação do sujeito na educação especial, em particular a atuação das professoras, é fundamental para a compreensão e valorização da inclusão de pessoas surdas. Por meio da visualização e das conquistas alcançadas na estruturação e no respeito à diversidade, evidencia-se a evolução teórica e argumentativa necessária para a implementação efetiva da inclusão. A educação especial não se limita apenas a um espaço de aprendizagem, mas constitui uma vivência que valoriza a identidade e o papel dos professores (as) nesse processo.

A inclusão de pessoas surdas é, portanto, uma parte vital da educação baseada nos saberes da Amazônia, contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A política

educacional deve continuar a evoluir, apoiando o crescimento humano e social, com foco na valorização das diversidades e no respeito às especificidades de pessoas surdas, fortalecendo o papel da educação como agente de transformação social.

Para compreender plenamente a importância da inclusão de pessoas surdas, é essencial reconhecer o valor histórico e contínuo desse processo. A inclusão não é apenas um objetivo pontual, mas uma prática que deve ser fortalecida diariamente, especialmente em contextos educacionais em que métodos utilizando a Língua de Sinais são aplicados. O compromisso com os direitos de pessoas surdas exige esforço constante por parte dos gestores, técnicos e docentes das escolas, sejam públicas ou privadas, para garantir que a educação inclusiva seja uma realidade acessível.

No município de Barcarena-PA, a rede municipal e estadual de ensino tem alcançado significativo sucesso ao criar espaços de inclusão para adultos surdos, promovendo ambientes de confiança e apoio, tanto entre colegas quanto entre educadores. A continuidade do trabalho de educadores populares, especialmente na Amazônia, é vital para a Educação Inclusiva, refletindo a realidade de um movimento social mais amplo que promove a transformação social.

A interação entre adultos surdos e a comunidade escolar, utilizando suas próprias línguas, é crucial para o desenvolvimento de uma educação que não só acolhe, mas também os empodera. A inclusão do aluno surdo, portanto, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, em que ocorra o desenvolvimento humano, por meio da educação inclusiva e da valorização dos saberes amazônicos. Este enfoque é essencial para o crescimento pessoal e social de pessoas surdas, reforçando a importância das políticas públicas inclusivas no contexto da sociedade brasileira.

A pesquisa confirma a importância das práticas pedagógicas de apoio no contexto escolar, tanto em instituições públicas quanto privadas, visando atender às necessidades educacionais específicas de jovens e adultos surdos. Essas práticas se mostram essenciais para promover a inclusão nas redes de ensino, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento e inclusão social desse público, em alinhamento com as diretrizes de educação especial inclusiva.

A inclusão de pessoas surdas e adultos com deficiência (PcD) no sistema educacional escolar regular os níveis de educação de ensino brasileiro, tanto em instituições públicas quanto privadas, é um aspecto central das políticas de

educação inclusiva. No contexto do Município de Barcarena-PA e do Estado do Pará, a implementação de práticas inclusivas abrange escolas municipais, estaduais e federais, além de universidades, promovendo o direito à educação para pessoas surdas e pessoas com deficiência.

A inclusão de estudantes na sala de aula de pessoas surdas nas escolas de ensino regular requer um esforço conjunto para superar desafios e promover a equidade. A abordagem inclusiva deve estar presente desde o ensino básico até a educação superior, garantindo que pessoas surdas tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas necessidades e direitos. A presença de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) e a utilização de Libras como língua de instrução são fundamentais para o sucesso desse processo.

Para a inclusão de pessoas surdas, a educação brasileira deve ser pautada em respeito, empatia e igualdade, tanto entre colegas quanto entre professores e alunos. A perspectiva inclusiva na educação contemporânea é fundamental para transformar os desafios da prática educativa por meio de uma abordagem dialética, que valoriza a interação social e o conhecimento mútuo nas escolas municipais e estaduais, como as de Barcarena-PA. A inclusão do surdo na prática de aprendizagem ao longo da vida é essencial para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Na Educação Inclusiva, as escolas devem desenvolver metodologias de ensino pautadas na realidade e na vivência, o que é crucial para garantir atender as necessidades de pessoas surdas e outras pessoas com deficiência (PcD). A abordagem educativa deve incluir políticas de comunicação social e enfrentar os desafios da sala de aula, como a interação da Língua Portuguesa com a Língua Brasileira de Sinais (Libras). É importante que a educação inclusiva respeite a diversidade cultural das pessoas surdas, usando recursos visuais e didáticos que facilitem a compreensão e a participação de todos.

A prática do uso ensino de Libras especialmente em contextos educativos requer a formação contínua para os educadores de professores e intérpretes, garantindo que as relações entre pessoas ouvintes e pessoas surdas sejam harmoniosas e produtivas. A inclusão de pessoas surdas na escola na educação perspectiva focar em abordagens éticas e metodológicas que valorizem a participação ativa de pessoas surdas, assegurando que a sala de aula seja um espaço de aprendizado significativo e acessível. Isso é essencial para a promoção

de uma educação inclusiva que respeite a diversidade e facilite a interação social.

A inclusão de pessoas surdas como sujeitos em desenvolvimento deve ser abordada de forma abrangente, considerando suas necessidades específicas e registrando suas interações no ambiente escolar. A inclusão envolver não apenas os alunos e suas turmas, mas também toda a comunidade escolar, incluindo a gestão escolar, coordenadores pedagógicos, pedagogos, funcionários, equipe da portaria, professores, e outros profissionais de apoio, como técnicos de educação. Essas organizações e suas respectivas funções desempenham um papel crucial na promoção da interação social e na inclusão efetiva de pessoas surdas.

A comunicação entre com pessoas surdas e ouvintes em sala de aula deve ser baseada em princípios de igualdade e respeito mútuo, reconhecendo a dignidade humana de cada sujeito. As práticas inclusivas na Educação Especial e Inclusiva enfrentam desafios contemporâneos que requerem uma abordagem ética e a consideração das diversidades culturais e linguísticas. A pesquisa e as práticas pedagógicas devem ser orientadas por uma perspectiva de diálogo social, valorizando as interações sociais e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento central na inclusão de pessoas surdas.

Esse enfoque no direito à educação não apenas facilita a comunicação, mas também promove o reconhecimento das identidades e das necessidades individuais de pessoas surdas, contribuindo para uma educação inclusiva que respeita e valoriza a diversidade humana. A educação inclusiva ser vista como um esforço coletivo que envolve todos os atores do ambiente escolar, trabalhando juntos para criar um espaço que acolha e apoie as pessoas surdas em suas trajetórias educativas e sociais.

A educação inclusiva para pessoas surdas, tanto em instituições públicas quanto privadas, desempenha um papel essencial na promoção dos direitos humanos e no respeito à diversidade cultural. A utilização pelas pessoas surdas da Libras é fundamental que os professores que atuam para facilitar a comunicação e a interação entre pessoas surdas e ouvintes, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo.

A inclusão de pessoas surdas deve ser orientada por uma perspectiva dialética e epistemológica aos processos pedagógicos escolar, que reconheça as especificidades linguísticas e culturais dos sujeitos, valorizando a interculturalidade e o respeito às diferenças. As práticas pedagógicas avançadas e o reconhecimento

científico de Libras como uma língua legítima são fundamentais para a construção de um ambiente escolar inclusivo que atenda às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com surdez.

No debate sobre a inclusão de pessoas surdas, destaco a importância de políticas públicas que garantam o acesso na escola se transforme à educação de qualidade para pessoas surdas, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento humano. A implementação de práticas inclusivas em instituições educacionais, como universidades e faculdades, tanto públicas quanto privadas, é essencial para enfrentar os desafios do ensino e aprendizado ao longo da vida. Este compromisso com a inclusão reflete a necessidade de uma abordagem integrada que considere a dinâmica social, os direitos humanos e as especificidades culturais das pessoas surdas, alinhando-se aos objetivos educacionais do Brasil e da América Latina.

A valorização e respeito da comunicação e da educação de pessoas surdas brasileiros em Língua de Sinais e o reconhecimento legal da igualdade de direitos da interculturalidade são pilares para a construção de uma educação inclusiva que respeite a dignidade de cada sujeito, promovendo um ambiente de aprendizagem que seja verdadeiramente acessível e inclusivo para todos.

A inclusão de pessoas surdas na educação brasileira e na sociedade é um aspecto fundamental para o reconhecimento e valorização da cultura surda e dos direitos humanos, e outras entidades têm promovido debates e a implementação de políticas públicas que visam a inclusão educacional, considerando as interações sociais, culturais e linguísticas como elementos centrais do processo de aprendizagem.

Nesses debates, destaco a importância de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de pessoas surdas. A inclusão efetiva passa pela inserção da Libras no currículo escolar, valorizando sua gramática e cultura como direitos fundamentais. Além disso, a presença de intérpretes de Libras e a formação de profissionais capacitados para lidar com a diversidade linguística e cultural são essenciais para promover uma educação inclusiva e equitativa.

Nas universidades e escolas, tanto públicas quanto privadas, é crucial para garantir que as práticas educativas sejam orientadas por princípio de igualdade de respeito aos direitos humanos, no Brasil e no mundo a pluralidade da política de comunidades assegurando que as pessoas surdas tenham acesso a uma educação

de qualidade que respeite suas especificidades. A interação social entre pessoas surdas e ouvintes, mediada pela comunicação em Língua de Sinais/Libras, enriquece o ambiente educativo e contribui para o desenvolvimento cognitivo e social de todos os alunos.

A promoção de projetos culturais e movimentos sociais que valorizem as línguas de sinais e a cultura surda fortalece a inclusão e o reconhecimento das contribuições das pessoas surdas para a sociedade. Essas iniciativas são apoiadas por Políticas de Educação Especial e Inclusiva, como as implementadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que buscam garantir que a inclusão de pessoas surdas seja um componente central da educação, respeitando a diversidade e promovendo a equidade.

As Línguas de Sinais desempenham um papel fundamental na luta social e na formação continuada de práticas pedagógicas inclusivas para a educação de pessoas surdas. A relação entre o professor e o aluno surdo, especialmente no contexto da linguístico, é crucial para garantir desenvolver estruturas educacionais que atendam às necessidades específicas dessa modalidade de ensino. As práticas pedagógicas com ênfase na inclusão de pessoas surdas devem ser asseguradas em escolas inclusivas onde a educação especial na perspectiva da educação inclusiva seja um elemento fundamente do processo de formação do sujeito surdo, onde a presença de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), essencial para garantir o acesso equitativo à educação.

No contexto da Amazônia e em outras regiões do Brasil, a educação de pessoas surdas deve levar em conta as especificidades culturais e sociais das pessoas surdas, promovendo o desenvolvimento cognitivo e a interação social, tanto na escola quanto na comunidade. A experiência em práticas inclusivas e aprendizagem humana mostra que a inclusão de pessoas surdas nas redes municipais e estaduais é uma prioridade que exige esforços contínuos dos educadores para superar as resistências e alcançar os objetivos de inclusão.

A implementação de métodos pedagógicos orientados para a comunicação em Línguas de Sinais, especialmente voltados para a educação de jovens e adultos surdos (as), deve respeitar a cultura inclusiva e os direitos à educação de qualidade. Os desafios enfrentados por professores em universidades estaduais, escolas municipais e estaduais, são amplificados pela necessidade de adaptar o ensino às especificidades de pessoas surdas, promovendo uma educação inclusiva que

valorize a diversidade cultural e os saberes locais, especialmente na Região Norte e na Amazônia Paraense Brasileira.

Essa abordagem teórica destaca a importância de construir práticas pedagógicas que sejam sensíveis às realidades de pessoas surdas, e que valorizem a interação social e o desenvolvimento humano. A educação inclusiva precisa ser vista não apenas como um direito, mas como um compromisso contínuo com a promoção da equidade e do respeito às diferenças, conforme discutido por Lacerda (2006) e em publicações relevantes disponíveis em fontes como (SCIELO).

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Barcarena-PA desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional, especialmente para pessoas surdas e pessoas com deficiência (PcD). Para alcançar uma sociedade inclusiva e humanizada, é essencial integrar as Línguas de Sinais nas práticas profissionais da educação, reconhecendo – as como direitos fundamentais. A perspectiva dialética aplicada ao sujeito com deficiência busca transformar a vida adulta e os comportamentos para cidadania por meio de aprendizagem e diálogos interculturais dentro das escolas públicas, valorizando a comunidade surda.

Os projetos de Educação Especial promovidos pela SEMED visam atender a população brasileira com práticas que incluem a Libras e a atuação de TILS, especialmente em instituições como a Universidade Estadual, garantindo oportunidades de inclusão para adultos (as) surdos (as). A valorização das línguas de sinais, tanto no contexto nacional quanto estrangeiro, e o respeito às culturas surdas são essenciais para a formação de professores e para a melhoria do ensino-aprendizagem de pessoas surdas.

O enfoque em uma educação especial que promova a inclusão de cidadãos com surdez deve garantir que todos tenham oportunidades iguais de participação. As práticas pedagógicas e a teoria educativa precisam evoluir continuamente para atender às necessidades de acessibilidade, inclusão e respeito à diversidade. O cumprimento das Leis nº. 10.436/2002 e do Decreto nº. 6.562/2005, que regulamentam o uso de Libras e a atuação de TILS, reforça o compromisso com a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência.

Além disso, a educação inclusiva ser guiada por uma abordagem ética que valorize a empatia, a igualdade e o respeito à diversidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um

ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante.

A SEMED de Barcarena-PA, juntamente com as redes de ensino municipais, estaduais e federais, continua a trabalhar para melhorar a produtividade e a inclusão social, promovendo práticas pedagógicas baseadas em conhecimento científico e respeito aos direitos humanos. A inclusão de pessoas surdas e de outras pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas é uma prioridade que requer o engajamento de todos os profissionais da educação, visando a criação de espaços de aprendizagem que sejam verdadeiramente inclusivos e que valorizem a diversidade humana em todas as suas formas.

Por fim, é essencial que os educadores reconhecem compreendam a importância da empatia na relação do professor e aluno surdo; aprendam a importância da prática intercultural bilíngue por meio da língua de sinais na prática pedagógica inclusiva, reconhecendo a diversidade como um valor fundamental na construção de uma educação mais justa e inclusiva. As metodologias de ensino devem ser continuamente revisadas para atender às demandas da educação de pessoas surdas, a fim de promover a participação plena dessas pessoas surdas na comunidade escolar e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. de A.. **Surdos e inclusão educacional.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.

ALMEIDA, R. (2010). Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, 24(68), 291-298. Disponível em <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10479>. Acesso em 28 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 13.02.2025.

BRASIL. **Resolução cne/ceb nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13.02.2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. Brasília, DF, Presidência da República [2002]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 13.02.2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Acesso em: 25.01.2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 25.01.2025.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27.01.2025.

BRASIL, **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm>. Acesso em: 27.01.2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 295-316.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DILLI, K. S.. **A inclusão do surdo na educação brasileira.** UFSC. Florianópolis, 2010.

DIZEU, L. C. T. B. CAPORALI, S. A. **A Língua de Sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005.

DUARTE, C. R. de S.; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006:** Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006.

EMEF SANTA SOFIA. **Projeto Político Pedagógico**: Uma construção coletiva, ascendente e participativa. 2022-2024. Barcarena-PA. Dezembro 2022. Texto impresso.

GÓES, M. C. R. **A produção de texto por sujeitos surdos:** questões sobre a relação oralidade- escrita." Anais do II Seminário Multidisciplinar de Alfabetização. São Paulo: PUC, 1992. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17330/15842>. Acesso em: 25.01.2025.

LACERDA, C. B. F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte:** examinando a construção de conhecimentos. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, tese de doutoramento, 1996.

LODI. A. C. B. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVNKz/?format=pdf>. 2013. Acesso em: 13.02.2025.

MACHADO, P. C. **Integração/Inclusão na escola regular:** um olhar do egresso surdo. *In*: QUADRO S, Ronice Müller de. (organizadora). Estudos Surdos I. Série Pesquisas. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. Salud colectiva** [periódico na Internet]. 2010. acessado 2011 ago 17];6(3):251-261. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851826520100003000

02&lng=es&nrm=iso>.

MOTA NETO, J. C. A Construção de Categorias de Análise na Pesquisa em Educação. *In*: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Orgs.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação.** Belém: EDUEPA, 2011.

PREFEITURA DE BARCARENA. **Lei Municipal nº 2164, de 23 de junho de 2015**. Aprova o plano municipal de educação - PME e dá outras providências.Plano Municipal de Educação Disponível em: <https://barcarena.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/plano-municipal-de-educacao-e-lei-2164-2015-1.pdf>. Acesso em: 22.01.2025.

QUADROS, R. M.; ACHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para pessoas surdas**. Brasília: MEC, SEESP, 2006 p. 18. 19. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>.

SILVA, A. R. **As implicações do PSPN para a carreira e a remuneração do magistério da rede municipal de Barcarena-PA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Instituto de Ciência da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/afonso.pdf>. Acessoe em: 29 jun. 2025.

STROBEL, K. L.; FERNANDES, S. **Aspectos lingüísticos da língua brasileira de sinais**. Secretaria de Estado da Educação**.** Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

XAVIER, A. G. P. **Língua e direitos humanos: pessoas surdas na construção da igualdade linguística**. 2023. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem)- Programa de Pós- Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponivel em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/29143/TESE%20ALEXANDRE%20GUEDES%20PEREIRA%20XAVIER.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 29 jun. 2025.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
- Mestrado